ISSN 2359-053x

Xapuri SOCIOAMBIENTAL

ANO 9 - NÚMERO 117 - JULHO 2024

Distribuição: 15 jul a 14 ago/24



Foto: Divulgação/ Carol Duque/

SAN FRANCISCO, ORA PRO NOBIS

p. 08

CONSCIÊNCIA NEGRA
Tereza de Benguela: lição de cidadania
p. 25

DIREITOS HUMANOS
"A memória do Anjo"
p. 32

RESISTÊNCIA INDÍGENA
Awa Iha: uma escola na "língua da gente"
p. 40

SOS RS

FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



O **Rio Grande do Sul** passa
pela maior catástrofe climática
de sua história.

Doe e ajude via **PIX** pelo
CNPJ 34.267.237/0001-55
(Federação Nacional das Associações do Pessoal CEF)

Ajude as milhares de pessoas
desalojadas e desabrigadas!



Uma revista pra chamar de nossa

Era novembro de 2014. Primeiro fim de semana. Plena campanha da Dilma. Fim de tarde na RPPN dele, a Linda Serra dos Topázios. Jaime e eu começamos a conversar sobre a falta que fazia termos acesso a um veículo independente e democrático de informação.

Resolvemos fundar o nosso. Um espaço não comercial, de resistência. Mais um trabalho de militância, voluntário, por suposto. Jaime propôs um jornal; eu, uma revista. O nome eu escolhi (ele queria Bacurau). Dividimos as tarefas. A capa ficou com ele, a linha editorial também.

Correr atrás da grana ficou por minha conta. A paleta de cores, depois de larga prosa, Jaime fechou questão – "nossas cores vão ser o vermelho e o amarelo, porque revista tem que ter cor de luta, cor vibrante" (eu queria verde-floresta). Na paz, acabei enfiando um branco.

Fizemos a primeira edição da *Xapuri* lá mesmo, na Reserva, em uma noite. Optamos por centrar na pauta socioambiental. Nossa primeira capa foi sobre os povos indígenas isolados do Acre: *Isolados, Bravos, Livres: Um Brasil Indígena por Conhecer.* Depois de tudo pronto, Jaime inventou de fazer uma outra boneca, "porque toda revista tem que ter número zero".

Dessa vez finquei pé, ficamos com a capa indígena. Voltei pra Brasília com a boneca praticamente pronta e com a missão de dar um jeito de imprimir. Nos dias seguintes, o Jaime veio pra Formosa, pra convencer minha irmã Lúcia a revisar a revista, "de grátis". Com a primeira revista impressa, a próxima tarefa foi montar o Conselho Editorial.

Jaime fez questão de visitar, explicar o projeto e convidar pessoalmente cada conselheiro e cada conselheira (até a doença agravar, nos seus últimos meses de vida, nunca abriu mão dessa tarefa). Daqui rumamos pra Goiânia, para convidar o arqueólogo Altair Sales Barbosa, nosso primeiro conselheiro. "O mais sabido de nóis", segundo o Jaime.

Trilhamos uma linda jornada. Em 80 meses, Jaime fez questão de decidir, mensalmente, o tema da capa e, quase sempre, escrever ele mesmo. Às vezes, ligava pra falar da ótima ideia que teve, às vezes sumia e, no dia certo, lá vinha o texto pronto, impecável.

Na sexta-feira, 9 de julho, quando preparávamos a *Xapuri* 81, pela primeira vez em sete anos, ele me pediu para cuidar de tudo. Foi uma conversa triste, ele estava agoniado com os rumos da doença e com a tragédia que o Brasil enfrentava. Não falamos em morte, mas eu sabia que era o fim.

Hoje, cá estamos nós, sem as capas do Jaime, sem as pautas do Jaime, sem o linguajar do Jaime, sem o jaimês da *Xapuri*, mas na labuta, firmes na resistência. Mês sim, mês sim de novo, como você sonhava, Jaiminho, carcamos porva e, enfim, chegamos à nossa edição número 100. E, depois da *Xapuri* 100, como era desejo seu, a gente segue esperneando.

Fica tranquilo, camarada, que por aqui tá tudo direitim.



Arthur Wentz Silva
Estagiário



Emir Bocchino
Diagramador



Igor Strochit
Diagramador



Janaina Faustino
Gerente Executiva



Lúcia Resende
Revisora



Maria Letícia Marques
Redatora

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental - Comunicação de Resistência Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.814.-500 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: Edição Impressa - 1.000 - 5.000. Envio Eletrônico - 100.000. Circulação: Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri. info. Distribuição: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.

SAN FRANCISCO, ORA PRO NOBIS

Em seus dias como nosso editor-chefe, meu bom amigo Jaime Sautchuk costumava dizer que nosso conselheiro, o antropólogo, arqueólogo, ecólogo, escritor e professor doutor Altair Sales Barbosa era, dentre nós da Xapuri, o "mió dos mió".

Com Jaime, esperávamos, todo mês, desde a edição 2, o texto arguto do sábio Altair, quase sempre sobre o Cerrado, a maioria das vezes sobre os andarilhos da claridade, os peregrinos do alvorecer que constituíram o povo cerratense ao longo de 650 gerações.

Depois da partida do Jaime, em 14 de julho de 2021, o professor continuou conosco e segue nos mandando seus artigos para cada uma das edições da *revista Xapuri*. Em geral, são artigos mais técnicos, com dados únicos, especialíssimos, sobre a arqueologia, a antropologia e, por vezes, a ecologia deste nosso chão cerratense.

Vez por outra, chega um texto em forma de pura poesia. É o caso de "San Francisco, Ora pro Nobis", escrito em parceria com o doutor em Literatura Álvaro Catelan, do Instituto Cultural Bernardo Élis para os Povos do Cerrado.

O resultado é um causo bonito, da sua Correntina, do Rio São Francisco, uma história de sonho e utopia que não deixa de ser, também, um alerta e um chamado à defesa do meio ambiente, da natureza e de tudo que nela habita e vive.

Como diria o Jaime, este texto, nossa capa desta edição, é um dos mió! Você vai gostar de ler!



Zezé Weiss – Jornalista
Editora da *Revista Xapuri*

Jaime Sautchuk – Editor (*in memoriam*)

COLABORADORES/AS - JULHO

Aloizio Mercadante – Economista. **Altair Sales Barbosa –** Arqueólogo. **Álvaro Catelan –** Professor. **Antenor Pinheiro –** Geógrafo. **Arthur Wentz e Silva –** Estudante. **Bia de Lima –** Parlamentar. **Cora Coralina –** Poeta *(in memoriam)*. **Dona Flor do Cerrado** – Erveira *(in memoriam)*. **Eduardo Pereira –** Sociólogo. **Emir Bocchino –** Designer. **Emir Sader –** Sociólogo. **Iêda Leal –** Gestora Pública. **Iêda Vilas-Boas –** Escritora *(in memoriam)*. **Igor Strochit –** Designer. **Janaina Faustino –** Gestora Ambiental. **José Bessa Freire –** Escritor. **Juliana Ribeiro –** Pesquisadora. **Leanderson Lima –** Jornalista. **Leonardo Boff –** Ecoteólogo. **Lúcia Resende –** Professora. **Luís da Câmara Cascudo –** Folclorista *(in memoriam)*. **Maria Letícia Marques –** Ambientalista. **Maria Luiza Franco Busse –** Jornalista. **Pedro Tierra –** Poeta. **Thiago de Mello –** Poeta *(in memoriam)*. **Urariano Mota –** Escritor. **Zezé Weiss –** Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

Adair Rocha- Professor Universitário. **Adrielle Saldanha-** Geógrafa. **Ailton Krenak –** Escritor. **Altair Sales Barbosa –** Arqueólogo. **Ana Paula Sabino –** Jornalista. **Andrea Matos –** Sindicalista. **Angela Mendes –** Ambientalista. **Antenor Pinheiro –** Jornalista. **Binho Marques –** Professor. **Cleiton Silva –** Sindicalista. **Dulce Maria Pereira –** Professora. **Edel Moraes -** Ambientalista. **Eduardo Meirelles -** Jornalista. **Elson Martins –** Jornalista. **Emir Bocchino -** Arte finalista e Diagramador. **Emir Sader –** Sociólogo. **Gomercindo Rodrigues –** Advogado. **Graça Fleury –** Socióloga. **Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra) –** Poeta. **Iêda Leal –** Educadora. **Jacy Afonso –** Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira –** Sindicalista. **José Ribamar Bessa Freire –** Escritor. **Júlia Feitoza Dias –** Historiadora. **Kretã Kaingang -** Líder Indígena. **Laurenice Noleto Alves (Nonô) –** Jornalista. **Lucélia Santos –** Atriz. **Lúcia Resende –** Revisora. **Marcos Jorge Dias -** Escritor. **Maria Félix Fontele –** Jornalista. **Maria Maia -** Cineasta. **Rosilene Corrêa Lima –** Jornalista. **Trajano Jardim –** Jornalista. **Zezé Weiss –** Jornalista.



IN MEMORIAM:
Jaime Sautchuk – Jornalista. **Iêda Vilas- Bôas –** Escritora.
Samuel Pinheiro Guimarães Neto - Diplomata.



CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana – Sindicalista. **Eduardo Pereira –** Produtor Cultural. **Iolanda Rocha -** Professora. **Janaina Faustino –** Gestora Ambiental. **Joseph Weiss –** Eng. Agro. PhD.



Xapuri SOCIOAMBIENTAL 117 JUL 24

08 **CAPA**
San Francisco, Ora pro Nobis

15 **BIODIVERSIDADE**
Japiim: o pássaro que canta o canto dos outros

18 **CERRADO**
Terra dus índio, terra dus negro

20 **CULTURA**
Figuras da barca, leão da barca, cara de pau: as carrancas do Rio São Francisco

23 **FOTOGEOGRAFIA**
Flavo Prata

24 **GEOPOLÍTICA**
França insubmissa: a fraternidade é vermelha

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.
Boas-Vindas!

25 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
Tereza de Benguela: lição de cidadania

31 **MITOS E LENDAS**
O mito da Onça-boi

32 **DIREITOS HUMANOS**
"A memória do anjo"

36 **MEIO AMBIENTE**
Fraude em mercado de carbono grilou 500 mil hectares de terras no sul do Amazonas

39 **DEMOCRACIA**
Poesia da vida escrita em forma de decreto: volta a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos

40 **RESISTÊNCIA INDÍGENA**
Awa Iha: uma escola na "língua da gente"

46 **SUSTENTABILIDADE**
"Gente Humilde": uma reflexão em homenagem a Chico Buarque

48 **UNIVERSO FEMININO**
Uma mulher como outra qualquer?



Foto: Marleide Silva da Costa

SAN FRANCISCO, ORA PRO NOBIS

Altair Sales Barbosa; Álvaro Catelan

Era uma vez um paraíso, situado bem na curva do rio Correntina, pouco abaixo do córrego Cajueiro.

Foi lá que num belo dia, era década de 1990, um grupo de pesquisadores se juntou com os sábios e os artistas que sempre enriqueceram o Vale do Corrente, para criar um local onde a pesquisa pudesse se instalar e os artistas e sábios da região pudessem se reunir. Seria uma espécie de centro de troca e saberes, ao qual deram o nome de Estação Ciência.

Um sábio local, empolgado com a ideia, adquiriu aquele quinhão de terra e o doou à antiga Universidade Católica de Goiás, entidade que, desde 1975, estudava a região e fazia daquele lugar seu acampamento e laboratórios improvisados. A interação com os artistas, literatos e pesquisadores da região se deu logo, quase de forma automática. Ainda não existiam os centros universitários que hoje se espalham pela região.

Um entusiasmo louco assolava os grupos que ali se reuniam. E assim Correntina ganhou fama, mais de 16 programas de televisão, a nível nacional e até internacional, começaram a divulgar a riqueza cultural do local.

Durante uma semana seguida, a região foi tema de reportagem no Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão. Os grupos de cultura ganharam novos palcos de apresentação, Goiânia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo etc.

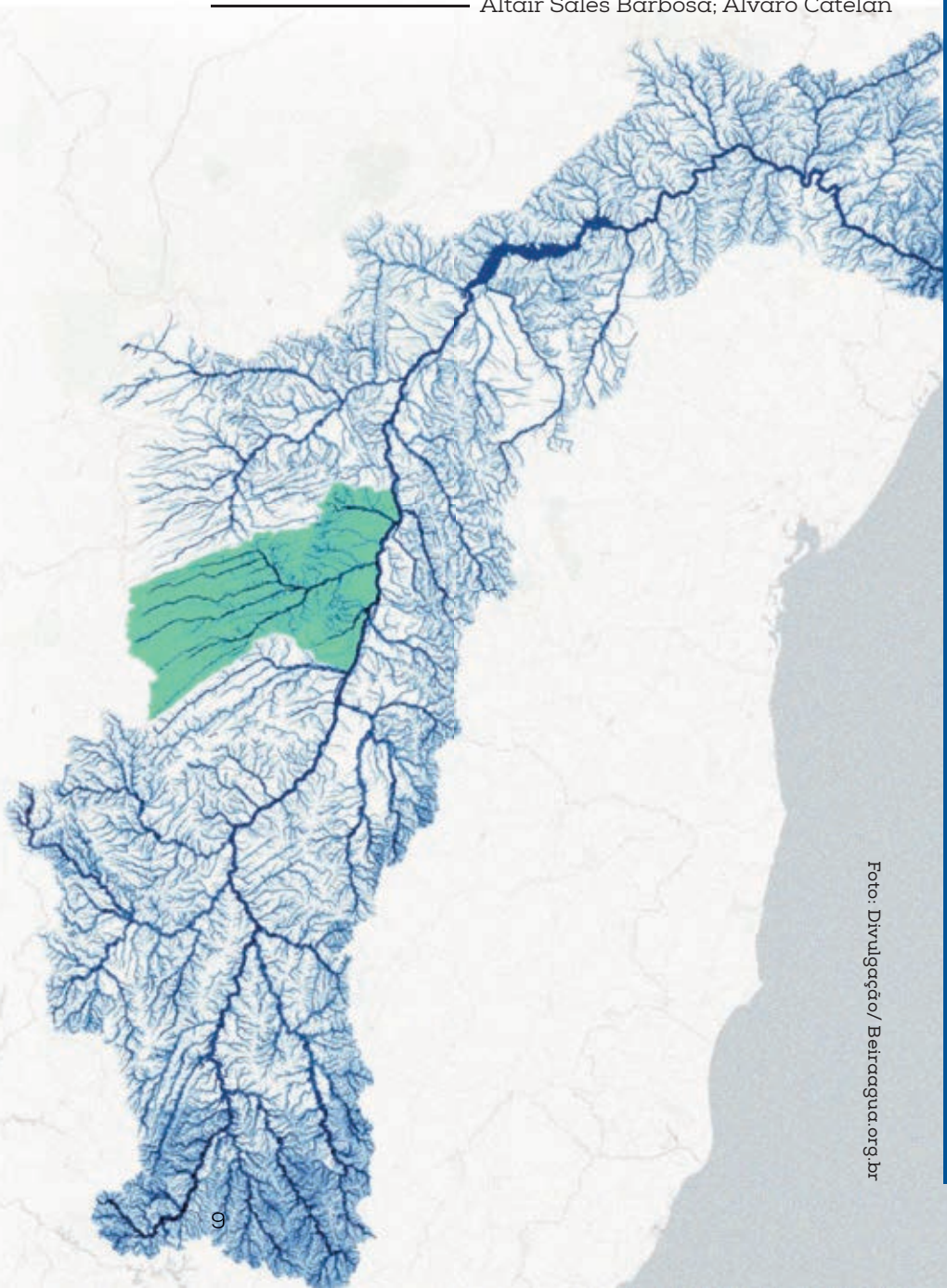


Foto: Divulgação/ Beiraagua.org.br

Produziram inúmeras peças teatrais, foram gravados 13 volumes de CDs, hoje raridade nacional, 22 documentários audiovisuais, incontáveis reportagens em jornais e revistas.

O entusiasmo era tanto que uma ingênua embriaguez tomava a mente de todos. E, assim, muitos acreditavam que a implantação daquele centro poderia servir como exemplo para frear parte da degradação que, já naquele tempo, tal qual um iceberg, já mostrava de forma bem visível seus picos reluzentes.

O Cerrado viçoso esparramava o cheiro dos frutos que aromatizava as fontes, que jorravam águas para as veredas. Aqui e acolá, avistavam-se bandos de emas, veados do campo e tantos outros animais, e os olhos brilhavam de alegria.

Era tempo de árvores,
tempo de rios, tempo de brisas,
tempo de inspiração
e tempo de muita esperança.
Esperança nos homens e,
acima de tudo,
esperança nos caminhos
que a Universidade estava tomando.

Era tempo de busca.
Busca de novos horizontes,
busca de saberes novos,
e a Universidade se abria
às vozes, aos sons e à sabedoria
das populações tradicionais que,
àquela época,
ainda estavam fincadas
naqueles longínquos rincões

No caminho das águas
uma árvore velha
observa a velha senhora.
Elas são do mesmo tamanho,
elas têm a mesma raiz,
e estão sentadas sobre as pedras.
As rugas das cascas
do tronco da velha árvore
confundiam-se com as rugas
da pele da velha senhora.

Vem a chuva,
e elas abrem a boca.
Vem a tempestade,
e elas se fincam nas pedras.
Vem o sol, e elas bebem a chuva.
Se curvam diante do sol,
como se murchassem.
Elas reverenciam.

Nos dedos mais finos da árvore
estão os rostos dos filhinhos
dela, os brotos.
Nas mãos velhas da velha,
velhas linhas simbolizando
os antigos caminhos percorridos
para além dos dias, muito além
dos sonhos.

Tudo está escrito na Terra
Tudo está na ponta dos dedos,
na palma da mão,
Tudo tem seu tempo de amanhecer.
Se é broto, ao mesmo tempo é mãe.
Se é mãe, ao mesmo tempo é Deus.
Se é Deus, ao mesmo tempo é chuva.

No coração da árvore tem uma flor.
Na flor da velha, um coração.
A velha põe sua flor nos cabelos
e sai embelezando o caminho.
E o coração da árvore brotou
todo dentro dela.

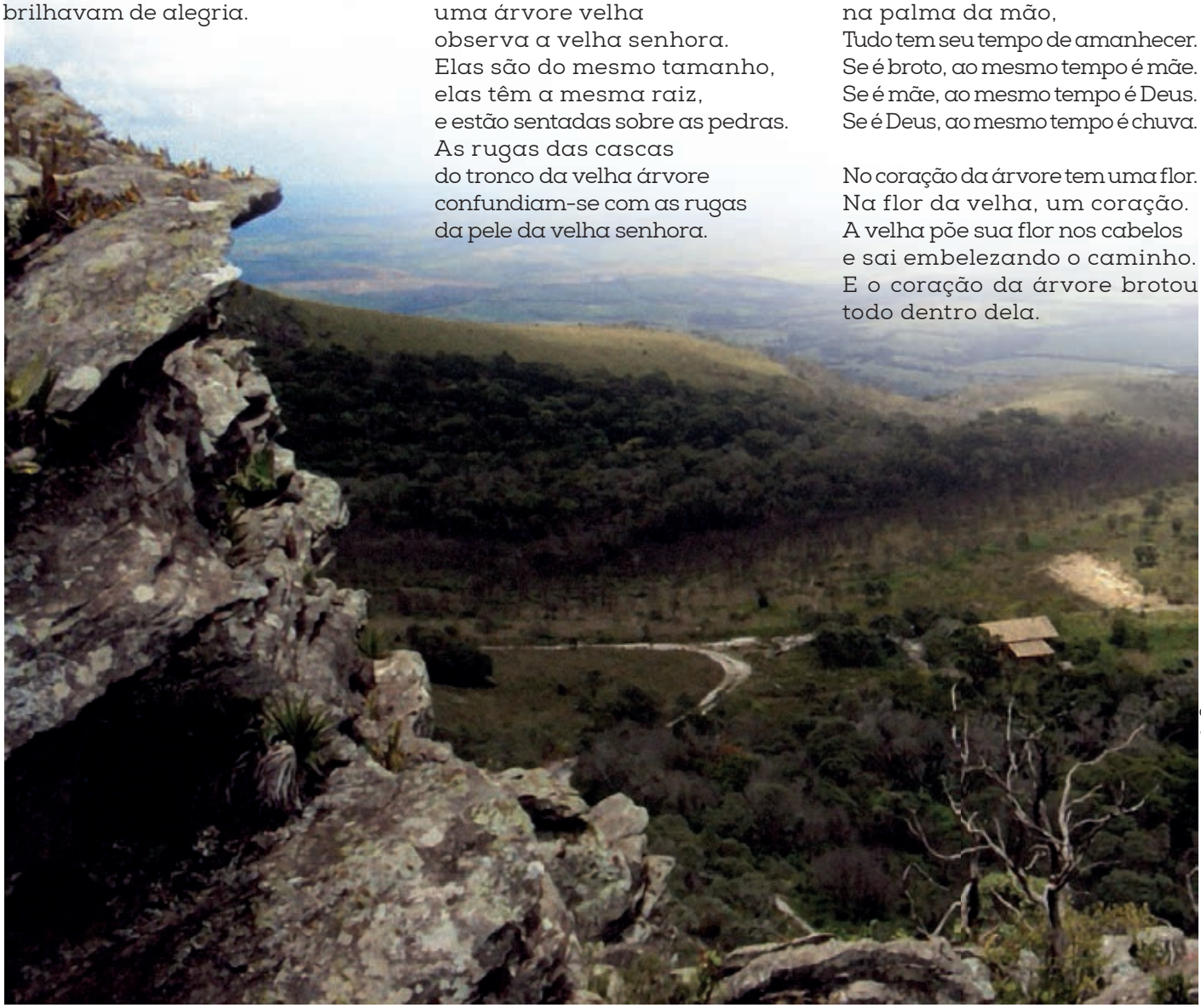


Foto: Divulgação/ Fernando Souza/ Wikimedia



Foto: Divulgação/Dante.grisi/ Wikimedia

O tempo, lentamente, quase que imperceptível, foi corroendo aquele paraíso, onde a vida passava devagar, bem devagar, silenciosa e calma, macia e suave como um afago de criança.

Nesse cenário, o Sonho, que por aquelas bandas passava, percebendo o prenúncio de uma situação devastadora, vendo os riachos de água cristalina secarem, o agonizar das gramíneas e das plantas herbáceas que revestiam as inúmeras campinas, a queda de árvores como pequizeiros, mangabeiras, jatobazeiros, cagaiteiras, baruzeiros e tantas outras plantas arbóreas, que era impossível identificar e quantificar, ficou pensativo, tristonho, desorientado e sentado num canto, quietinho, como se estivesse conversando sozinho... Esperou uma noite de lua prateada e saiu pelo mundo afora.

Depois de andar vários dias, já cansado, procurou descanso numa encruzilhada de uma estrada de areia branca e ali garrou no sono. Depois de algumas horas, foi despertado por um ruído semelhante ao do silêncio absoluto.

Foi então que percebeu que aqueles sons eram provocados por uma velha amiga que empunhava uma grande bandeira branca. Era a Utopia, que por ali passava. Ao avistar o Sonho tão deprimido, ela indagou:

– O que faz por essas bandas, meu amigo?

O Sonho, mergulhado em sua tristeza, com o olhar vago e o coração partido, narrou sua história, sua amarga decepção com tudo que assistira: a tragédia com os rios, a devastação das matas e cerrados, tudo comandado pela ganância infinda dos homens.

Depois de ouvir atentamente a história, a Utopia retrucou:

– Amigo Sonho, quem sabe há esperança ainda, talvez naquela minúscula semente que o vento aleatoriamente carrega, na força da vida infinda, e renasça por todos nós em qualquer lugar do planeta. Muitas vezes, amigo Sonho, também fico igual a você, com vontade de virar as costas para os homens e ir embora juntamente com a estrela da manhã, mas esta bandeira branca sempre impede a minha atitude, porque ela carrega no coração o brilho da esperança, que nos faz pensar que uma biquinha de água pode se transformar numa torrente rugidora.

Foi então que o Sonho indagou:

– O que a amiga Utopia pode fazer para que eu possa recuperar a juventude do sonhar? Sonhar com as bonanças, com a igualdade entre

os homens, com os passarinhos um dia novamente nos galhos das árvores, com os riachos de água limpa, sonhar com a bondade brilhando nos cantos desse mundão?

– Amigo Sonho, precisamos mais uma vez abrir o coração e os olhos com coragem e esperança para sentirmos novamente o pulsar da vida e do tal mundão em nosso peito e, quem sabe, com amor, esperança, coragem e crença curarmos os males tão graves que assolam essa terra. Entretanto, para concretizar isso tudo, precisaremos da companhia do amigo Trabalho – concluiu a Utopia.

– Por onde anda esse nosso companheiro? – indagou o Sonho.

Nesse meio tempo, no centro de um redemoinho, eis que vai passando o Trabalho. Ao ver seus amigos na encruzilhada, ele pergunta:

– O que vocês estão fazendo por estas bandas?

Numa voz uníssona, o Sonho e a Utopia responderam:

– Estávamos falando no seu nome, para nos ajudar a construir um cantinho no mundo, onde os viventes pudessem navegar nos seus sonhos e a utopia pudesse despertar nas pessoas a vontade de construir uma nova mentalidade.

O Trabalho, pensativo, responde:

– Eu também ando vagando, quase sem direção. Os tempos de ociosidade me corromperam na essência. Desiludido, resolvi pegar carona nos redemoinhos dos ventos, buscando também algo que preencha minha felicidade. Nós três até podemos fazer algum alicerce, mas se quisermos construir o caminho, a vida, o despertar de um mundo novo, temos que urgentemente encontrar aquela nossa velha companheira denominada Sabedoria.

– E por onde ela anda? – indagaram o Sonho e a Utopia.

De pronto, respondeu o Trabalho:

– Não sei... A última notícia que tenho é que ela foi vista vagando numa canoa de casca de jatobá, lá para os rumos do Lagoão do Veio Aprigio onde, com um remo de aru-apucuitá, fica rodeando os últimos pés de buritis que ainda existem por lá. Se vocês quiserem, podemos procurá-la.

E assim, saíram os três: o Sonho, a Utopia e o Trabalho, em busca da Sabedoria. Após jornadas de caminhada, eis que a encontram repousando, maltrapilha, nas pequenas grutas das escarpas da Serra Geral.

Depois de algum tempo, os três narram as suas desilusões. E, após alguns minutos, indagam:

– O que podemos fazer?

Foi quando a Sabedoria falou:

– Vocês têm caminhado no rumo do norte? Para além do rio Grande, aquele que lava a cidade de Barreiras, lá na Bahia? Mais ao norte, bem no centro do Piauí, existia um rio bonito, conhecido pelo nome de Gurgueia, com suas fontes jorrantes e com seus brejos de carnaúba. Há quanto tempo não andam por lá?

E, continuando a narrativa, a Sabedoria emenda:



Foto: Divulgação/



Foto: Divulgação/ SantaRosa Old Skool

Dobrando no rumo do oeste, bem no centro da Chapada das Mangabeiras, nasciam vários rios, o mais importante era o Parnaíba, que tomava o rumo norte. No mesmo local, nascia o rio do Sono, que corria para o Tocantins, e também no mesmo local nascia o rio Gurgueia, que se juntava novamente ao rio Parnaíba, depois de alegrar a vida do sertão piauiense. Hoje aquelas águas emendadas não existem mais. Nossas vistas se perdem nas imensidões de plantações.

Quem passa por aquelas bandas, dizem que avista um grande portal, onde se lê: MATOPIBA, que é um grande projeto para produzir grãos no lugar do Cerrado, unindo os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Dizem também os mais supersticiosos que esse portal representa a passagem de um mundo real para um mundo sem utopias e que uma vez lá dentro, os sonhos se tornam prisioneiros nas mentes tenebrosas das pessoas.

Contam os mais sábios, que teimosamente por lá ainda sobrevivem, que esse portal funciona como uma tempestade que aterroriza as pessoas na escuridão.

Então, meus amigos, tudo isso presenciei, por isso vivo maltrapilha, neste cantinho de gruta. Do lagoão onde eu gostava de remar minha canoa, só sobrou o areão, para alimentar as poeiras.

As plantas do verdejante cerrado foram jogadas ao chão, muitas se transformaram em carvão. As nascentes que outrora fervilhavam minguaram lentamente, deixando exposto em alguns locais um torrão endurecido, semelhante a formigueiro abandonado.

As lagoas se transformaram em poças d'água, os covais e os chapadões do local ostentam agora extensas monoculturas na época das águas. Quando chega a seca, só se veem sombrias nuvens de poeira.

A velha e a árvore se mudaram, não sei pra onde. No coração certamente não mais carregam uma flor, talvez uma grande dor.

O tempo da destruição trouxe para a Universidade, que acreditávamos ser uma luz para os novos tempos, o tempo do paradigma da inutilidade. E a união da inutilidade com a incapacidade trouxe a impossibilidade de ressuscitar o tempo da esperança e da busca.

Neste processo, o tempo dos homens falou mais alto, os políticos foram guiados pelo tempo do imediatismo, as transformações vieram pelo tempo acelerado da tecnologia que acentua o tempo do capital excludente, que incentiva a concorrência desleal, que gera o tempo da alienação, que criou o tempo do "estranho no ninho" que se debate esperando o tempo...

Foi bom vocês terem aparecido aqui e me encontrar, estava desiludida. Outro dia desses estava pensado que a contemporaneidade nos pegou de surpresa, ficamos sem reação, parece que só nos sobrou o conformismo, pai cruel da angústia neurótica.

A chegada de vocês é como se fosse a estrela guia, despencada do céu.

Vamos pensar soluções e lutar pela vida, pois a água que pinga na bica pode se transformar numa torrente rugidora, como sempre falou nossa amiga Utopia.

RIO SÃO FRANCISCO

Rio que nasce no meio das minas e gerais,
bebe do Corrente, do Arrojado, do Urucuia
e outros
e continua, cortando serras,
cidades, vilas e vales,
roçando capins,
areias, pedras e paus,
inspirando poemas, histórias
e canções.

São Francisco, mais que um rio,
um santuário,
unindo brasileiros e brasileiras
de cinco estados.
Seu sinuoso cursoé um belo desenho.
Velho Chico,
memória das carrancas,
das Gaiolas, de violas
e cantadores.

São Francisco, São Chico
é nome de Santo
e são tantos e quantos
os Santos e beatos
que se banham
nas águas deste rio,
que se entregam
às misteriosas águas
cumprindo seus rituais e desafios.

Rio São Francisco,
o Velho Chico rio da vida,
palco de tantos atos, fatos e estórias.
Velho Chico, leva força e esperança
a quem tem fome, crença e sede.

Rio São Francisco,
rio de Homens, Mulheres,
Sonho e Trabalho,
de vastas águas e terras férteis
oferecendo
aos povos ribeirinhos
vida e Utopia.
E assim vai do sul ao norte
em busca do mar,
cortando o sertão
levando fartura e Sabedoria.

São Francisco,
diga aos irmãos
Parnaíba, Gurgueia
e outros
que o Sonho não acabou.



Altair Sales Barbosa - Dr. em Antropologia e Geologia do Quaternário pelo Smithsonian Institution, Washington DC. Pesquisador do CNPq. Pesquisador convidado da UniEVANGÉLICA de Anápolis. Sócio Emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri. mória do Jaime.



Álvaro Catelan – Doutor em Literatura. Instituto Cultural Bernardo Élis para os Povos do Cerrado.

JAPIIM:
O PÁSSARO QUE CANTA O CANTO DOS OUTROS

Thiago de Mello

Passarinho preto, bico esverdeado, olhos de muitas cores, depende da luz do dia. Vive cantando. Só que não tem canto próprio. Canta o canto dos outros. Não arremeda. Imita com perfeição o canto de tudo que é passarinho. Dizem que chega a imitar mugido de bezerro e esturro de onça.

Perdão: Barbosa Rodrigues, nosso mais importante naturalista, autor da genial *Viagem Filosófica*, ensina que o japiim imita todas as vozes, cantos e apelos de todas as aves, porém jamais se atreve a imitar o tamuripará, buconídio de catadura severa e bico vermelho.

Nunca vi um tamuripará. Mas o José Gori, um sábio meu amigo, me conta que é um bico-de-brasa que bica gente, come insetos, tem penas sem luz e gosta de viver sozinho.



Thiago de Mello (1926-2022) – Poeta maior da Amazônia e do Brasil, em *Amazonas – Águas, Pássaros, Seres e Milagres*. Editora Salamandra, 1998.



Foto: Divulgação/ Francesco Veronesi



Foto: Divulgação/ Tomaz Silva/ Agência Brasil

O REAL NÃO FOI SÓ UM PLANO ECONÔMICO

Aloizio Mercadante

O Plano Real teve sucesso em acabar com a alta inflação, diminuindo o grau de indexação da economia brasileira. A Unidade Real de Valor (URV) permitiu a saída de forma criativa e organizada da alta inflação inercial, sem congelamento de preços.

Outro elemento crucial foi a renegociação e a securitização da dívida externa pelo Plano Brady.

Na preparação do Real, o governo renegociou a dívida externa velha, abriu a conta de capitais e elevou brutalmente o juro real, para evitar fuga de capitais domésticos e atrair capital de curto prazo, o que viabilizou a transição da URV para o Real.

A valorização inicial do câmbio foi essencial para a rápida redução da inflação, mas trouxe um alto custo: o início da era de elevados juros reais. De 1994 a 1999, a taxa básica média de juro real foi de 22% ao ano.

Para atrair recursos externos e promover o ajuste fiscal, o governo liquidou ativos estatais por preços reduzidos, sem o planejamento de uma política industrial e sem avaliação estratégica dos desdobramentos.

Depois de 30 anos, a história mostra que o Plano Real teve êxito ao reduzir a inflação, mas não em garantir a estabilidade macroeconômica e a retomada do crescimento.

Para reeleger FHC, a âncora cambial foi prorrogada, com a apreciação do câmbio e a deterioração das contas externas, empurrando o país para grave crise cambial, econômica e social.

Do lado financeiro, o déficit em transações correntes aumentou de 2,5% do PIB, em 1995, para 4,5% do PIB, em 1999. Do lado social, o arrocho monetário e fiscal produziu alta no desemprego, de 4,6%, em 1995, para 7,6%, entre 1995 e 1999.

O governo FHC expôs o país a um ataque especulativo decorrente do desequilíbrio das contas externas, recorreu ao FMI e se submeteu ao chamado "Consenso de Washington".

Mesmo assim, não evitou nova crise cambial e novo pedido de ajuda ao FMI (2002), selando o destino dos governos do PSDB, que não venceram mais eleições presidenciais e amargaram uma crise partidária, agravada pelo apoio ao golpe de 2016 e pela adesão de lideranças ao bolsonarismo.

A estabilização do Plano Real só se completou no governo Lula, quando o país quitou a dívida com o FMI e começou a acumular reservas internacionais, que até hoje nos dão autonomia de política econômica.

Do lado fiscal, a estabilização está incompleta. Esgotaram-se as estratégias de queima de patrimônio público e de metas de resultado primário ambiciosas, que geraram uma política fiscal pró-cíclica que aprofundou as flutuações da economia.

Ao analisar o Plano Real, o PT reconheceu o mérito da desindexação da economia, mas denunciou a manutenção da âncora cambial, com a apreciação do câmbio e a deterioração das contas externas, e o elevado custo econômico e social, que precarizou a vida da população.

É preciso reconhecer a competência e a inovação da equipe técnica que criou o Plano Real, em particular Pérsio Arida e Lara Resende.

Eles têm imensa responsabilidade pelas vitórias do PSDB, mas pressões eleitorais no ninho tucano impediram a saída organizada da âncora cambial e empurraram o país para grave crise cambial, desindustrialização, endividamento público elevado e recessão econômica prolongada.

A despeito das nossas divergências, o país sente saudade do tempo em que a polarização se dava entre o PT e o PSDB.

Naquele período, havia disputa acirrada, mas qualificada, sem renunciarmos ao compromisso com o Estado democrático de Direito e com a cidadania.



Aloizio Mercadante – Economista. Foi ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República e ministro da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação. Presidente do BNDES.

Artigo publicado na Revista *Focus Brasil* (***https://fpabramo.org.br/focusbrasil***).

TERRA DUS ÍNDIO, TERRA DUS NEGRO

Dona Flor



Foto: Divulgação/

O povão rico daqui [da Chapada dos Veadeiros], o povo mais véi daqui, depois que conheceu os turista e eles pegou e vendeu as terra tudo e mudou pra lá. O povo foi todo daqui pra Brasília, Formosa, e agora tá doido pra voltar, mas o dinheiro que eles têm não dá pra voltar mais. Isso aqui era lindo demais, daqui cê escutava us índio tocando flauta ali. À noite, cê ia ver o movimento dus índio aqui.

Quando eles chegava lá [no Solarium], a gente sabia que eles chegou por causa do cocar. De galinha da angola, avuava tudo, a gente sabia que era eles que tava chegano. Os cachorro não latia. Eles largava dois latido e depois baixava o tom. A gente sabia que era eles.

Antes de ficar fazendo muito movimento praqui, lá em cima eles tocava lá, nós escutava aqui. Gaita é bunitu, bunitu. É terra deles, né? É terra dus índio, terra dus escravo. Isso aqui não era de ninguém. [Foi] depois que o povo tomou deles. Aí eles vão lá pro Amazonas. Vai vendeno as terra e eles vão [indo embora].

A história do Moinho [povoado de Alto Paraíso de Goiás] é uma história mesmo, não tinha cerca de arame, não tinha cerca de pedra, aqueles murão bem altão.

Pessoal andava a pé mesmo. Pessoa igual eu não tinha cavalo. E a gente vai ficano veia, o povo vai vendeno tudo. O povo aqui fazia cachaça, o alambique era bem ali na casa da Ceição, eu alembro que eu ia mais minha vó, ela trazia pano pra costureira fazer.

Até costureira tinha fixa aqui, tinha costureira que só costurava pra homem, agora tinha as outra que fazia pras muié. Dona Maruca fazia pra homem e pra muié. Fazia terno, xadrez. Era bom porque as muié fiava, fiava algodão, tingia linha, a outra ia fazia o tecido, a outra cortava, fazia os mutirão.

Quando uma muié tava nos dia de ganhá o neném e ela tinha que fazer a roupa porque não tinha roupa, aí as otra muié juntava todo mundo e ia fiá pra ela. Aí quando ela ganhava o neném, [e o] neném já tava engatinhando, ela voltava pra fiá pras muié. Ia uma pagano a outra.

E a vida foi indo, foi conhecendo pano, otrus tipo de pano, confoi um pouco veio a roupa feita e agora cabô, as muié não sabe mais ninguém cortar, não sabe costurar, não sabe fiá, não sabe tingir uma linha, não sabe fazer um novelo de linha, não sabe nada. E por isso veio o preço que veio, cê compra uma roupa hoje, cê põe lá na máquina pra lavar, daqui a pouco tá tudo desfiado.

Naquele tempo que as muié fazia renda, fazia tricô, muié fazia isso, fazia aquilo, hoje não tem mais nada. Hoje pra cê ver um pé de algodão no quintal precisa ser parteira, se não for, não planta mais. Aí depois foi ficano assim (...).

Eu tive meus 18 filhos assim, eu sofri muito. Eu não tinha terra, eu não tinha casa, porque no meu tempo qualquer casa era casa. Fazia uma casinha de palha, não tinha nem fogão, fazia umas de pedra.

Às vezes a gente ficava até debaixo dos pau, pé de angico, pé de braúna, pé de aroeira, pé de tingui. Debaixo a gente varria tudo, e aí a gente ficava uma de lá, outra de cá e botava um pau atravessado no meio, acendia o fogo debaixo e aí pegava as panela e enfileirava assim, o fogo ficava debaixo.

E ali quando não tava chovendo ficava era tempo. Quando a chuva se iniciava, corria lá no mato pegava uma palha dobrava assim, só pra dormir. Não tinha como fazer, não tinha nada. Não podia fazer uma casa na terra dos otrus. Porque se a gente fizesse a casa, a gente era posseiro, aí o dono não aceitava. Aí às vezes ele dava permissão pra gente fazer.

Aqui pro [povoado do] Moinho, eu já mudei pro que é meu. Eu lutei, lutei, comprei um terreno, comprei uma casinha velha de palha que eu agradeço a Deus até hoje. Só tinha adobe no fogão.

Comprei essa casa com fumo, que é o que ocêis chama de tabaco, frango, ovo, sabão de tingui, farinha, polvilho, gergelim, aí matei um porco, vendi também e fiz o negócio.

Eu morava na mata, e eu já tinha muito filho na mata, e eu queria pôr meus filho na escola. A gente foi mudano de um lugar pra otru. Até que o homem que me criou e eu fui lá e pedi pra que ele me desse um pedaço de terra que eu precisava fazer uma roça, criar meus filho, que eu precisava de ter uma coisa pra mim vender, pra eu vim pra cá e pra botá os meus filho na escola. Que ele viu que não estudei e que eu queria que meus filho estudasse. E ele falou assim:

– Olha, eu vou lá pra mim ver essas terras.

Aí ele mandou um rapaz pra vim ver essas terras, aí eu mostrei onde eu queria, queria perto do rio, mas não muito perto. Aí ele deu pra mim a terra aqui, meu marido acabou de criar mais ele, eu acabei de criar mais ele, então ele já conhecia nós, nós trabalhava pra ele. Aí ele mandou plantar meia.

– Não, meia não, eu tem muito fii, cobra renda, cê tem muita terra.

– Tá bom, então assim no meu controle, se cê colher dez sacos de arroz, um é meu, nove é seu.

(...) Aí fui roçar a roça, botou fogo nessa roça, queimou tudo, aí foi meu marido, muntuou os pau pro fogo não passa pro otru mato, fazia aquela cercona assim, aí botava fogo e queimava, eu já ia ali já panhava a cinza já guardava lá no cestão pra fazer sabão. E foi crescendo assim...



Dona Flor – Florentina Pereira Santos, erveira, raizeira e parteira cerratense, falecida em 09/08/2023, aos 85 anos, em *O partejar e a farmacopeia de dona Flor – História e ensinamentos de uma mestra quilombola*, organizado por Juliana Floriana Toledo Watson, editora Avá, 2022.

FIGURAS DA BARCA, LEÃO DA BARCA, CARA DE PAU: AS CARRANCAS DO RIO SÃO FRANCISCO



Foto: Divulgação/ Wikimedia

Os primeiros registros de ornamentações em embarcações remontam a seis mil anos, no Egito. Eram cabeças de touros estilizadas, um animal importante no misticismo dos povos primitivos.

Estes elementos também podiam representar homenagens às antigas divindades. Há ainda a possibilidade de se conceber a embarcação como um ser vivo ou o próprio deus, e por isso teria uma cabeça.

Esse animismo pode ser observado nos olhos pintados nos costados dianteiros, ali colocados para ajudar a encontrar os caminhos.

Na Idade Média, os *vikings* colocavam em seus barcos de guerra (*drakkars*) imagens de animais fantásticos, principalmente dragões. Em alguns havia também serpentes e cavalos. Essas figuras eram móveis e retiradas quando aportavam em cidades amigas.

Nos séculos XIII e XIV, quase desapareceram devido às formas arredondadas das proas, que passaram a priorizar suas finalidades bélicas, ali instalando plataformas.

Mesmo quando a arquitetura naval abandonou essa proa redonda, as figuras não mais voltaram à proa, dando lugar aos "castelos". Somente no século XVI é que estas decorações retornaram, desta feita em formas barrocas.

No século XVIII assumiram a função decorativa, representando a personalidade que deu nome ao navio ou ao seu armador.

Nos Estados Unidos da América, no século XIX, estas figuras revelavam a influência chinesa e oriental nas embarcações.

Com o advento da navegação a vapor surgiu um novo estilo de proa, verticalizada. Com isso, as ornamentações sobreviveram somente nos veleiros. Atualmente, com a forma côncava da proa, voltaram a ser utilizadas, mas com pouco relevo e sem proeminência.

CARRANCAS NO BRASIL

Segundo Paulo Pardal no seu Caderno de Folclore *Carrancas do São Francisco*, "a origem das carrancas do São Francisco deve ter sido a imitação de navios de alto-mar, vistos nas capitais da Província da Bahia e do país pelos pequenos nobres e fazendeiros do São Francisco em suas viagens à civilização".

Para ele, são figuras originais de tipologia zooantropológica que não se encontra em outras regiões. Ressalta ainda que não há qualquer influência das decorações navais dos povos primitivos da África ou da Ásia.

Foram por muito tempo as únicas embarcações populares dos povos ocidentais a apresentarem figuras de proa. São esculturas únicas no



Foto: Divulgação/ Altonjx/ Wikimedia

mundo, mas já nos séculos XVIII e XIX sobreviviam somente no Rio São Francisco. Na origem eram decorativas, mas depois receberam atribuições místicas.

Segundo Pardal, foi o isolamento do médio São Francisco que permitiu a criação de um tipo de figura de proa inédito em todo o mundo. Tinham olhos esbugalhados, misto de homem e de animal, com suas sobrancelhas arqueadas, expressão de ferocidade e cabeleira lembrando uma juba de leão.

Foram colocadas inicialmente nas barcas que somente começaram a navegar no Rio São Francisco nos 40 anos posteriores à independência de 1822, como registrou Richard Francis Burton, no livro de 1869, *Highlands of the Brazil*. A primeira delas foi construída em Penedo.

Esse modelo foi levado para o médio São Francisco, como anotou Edilberto Trigueiros em *A língua e o folclore da bacia do São Francisco*, de 1978: "Acrescentaram-lhe, porém, um esdrúxulo ornamento que não existia no símile do baixo São Francisco – a figura de proa".

Outro pesquisador, Thomás Paranhos Montenegro, escreveu no livro *A província e a navegação do rio São Francisco*, publicado na Bahia em 1875, que as barcas surgiram na parte média do rio em fins do século XVIII.

Paulo Pardal avalia essa datação mais correta e menciona Spix e Martius que viajaram a região entre 1817 e 1820 e citaram no livro *Reise in Brasilien*, de 1838, que a navegação no rio era realizada "em simples barcaças" ou em "ajoujos" (duas ou três canoas presas por traves perpendiculares), sendo barcaça a tradução para os barcos locais.

O declínio das barcas teve início com a instalação da representação da Capitania dos Portos em Juazeiro e Pirapora, que começou a exigir o cumprimento de regulamentos até então inexistentes para os proprietários destas embarcações.

Substituindo os barcos surgiram as grandes canoas originárias do baixo rio, bem mais leves e viajando com vento de qualquer quadrante com boa velocidade. Sua tripulação era menor que a dos barcos, com dois ou três homens apenas.

Os barcos deixaram de funcionar totalmente na década de 1950.

CARRANCAS DO RIO SÃO FRANCISCO

As carrancas do Rio São Francisco eram conhecidas como Figuras de Barca ou, em Juazeiro, como Leão de Barca ou Cara de Pau.

Os primeiros registros da expressão carranca são de 1888 em um livro publicado por Antônio Alves Câmara e Durval Vieira de Aguiar.

Paulo Pardal afirma que "as primeiras carrancas datam de 1875-1880, embora seu uso no médio São Francisco só se tenha generalizado neste século [XX]".

No livro *Caçando e pescando por todo o Brasil*, do início da década de 1940, Francisco de Barros Jr. assim descreveu as carrancas:

> *Uma estranha particularidade, também somente observada neste rio, é a carantonha, que, à guisa de 'rostro', enfeita as proas, se enfeite se pode chamar a coisas tão horrorosas. São figuras teratológicas, que*

representam cabeças de animais com cara de gente e vice-versa. Quanto mais horripilante é a figura, tanto melhor. As esculturas são coloridas, predominando as cores vermelha, azul e preta. Uma que muito me impressionou, pela perfeita concordância dos elementos heterogêneos reunidos, foi uma cabeça de carneiro ornamentada de grandes chifres naturais e que tinha a cara de homem barbado, com orelhas de burro e nariz de porco! A figura era pavorosa, mas tudo tão bem ajustado, que nos recordava certos tipos muito nossos conhecidos... Os autores são inegavelmente artistas, mas só uma imaginação doentia será capaz de criar e harmonizar características tão dessemelhantes. São curiosos espantalhos, mais curioso ainda é, porém, o motivo desses monstrengos. São propositadamente compostos para... afugentar o diabo, permitindo-lhes viagens seguras e felizes!

No final do século XIX, quando surgiram as carrancas, mais de 200 barcas navegavam o São Francisco. Paulo Pardal avalia que sequer metade usava a carranca. Ele atribui isso, em parte, por serem poucos os escultores populares na época.

Marcel Gautherot, que percorreu todo o médio São Francisco entre 1942 e 1945, declarou que viu somente cerca de 30 carrancas. Foram suas fotografias que despertaram o interesse por estas esculturas.

Algumas destas esculturas estão hoje em coleções particulares ou de museus. São peças muito raras e valiosas. Foram adquiridas quando as barcas movidas a varas foram aposentadas no início da década de 1940.



Foto: Divulgação/ Glauco umbelino

Não eram reconhecidas como arte popular. Isso só aconteceu a partir de 1954, durante os festejos do IV Centenário da Cidade de São Paulo, quando uma dezena delas foi exposta no Parque do Ibirapuera.

Pardal avaliou que as figuras de barca são "as peças de arte popular mais originais e as únicas de solução genuinamente brasileira, em nosso vasto folclore artístico".

Outro estudioso do assunto, Vasconcelos Maia, analisou o valor artístico destas peças em um texto publicado no *Diário de Notícias* de Salvador em 22 de fevereiro de 1959:

> *Têm riqueza de concepção, ousadia de formas, liberdade de execução, trazendo viva, como na carne, em sua madeira dura, por instrumentos rudimentares trabalhada, todo o esplendor da coisa brasileira. É a madureza e a pureza duma autêntica estética primitiva. Sua forma é áspera como suas soluções. E transmite, com o vigor de sua arte, todo o espírito inquieto, supersticioso e místico de um povo plástico por excelência.*

Sobre a localização das barcas com suas carrancas, Paulo Pardal as situa no médio São Francisco considerando que no alto deste rio quase que não existia navegação. No baixo rio, entre Piranhas e a foz, ele observa que existia muita navegação de grandes canoas, "semelhantes às barcas, que entretanto jamais apresentavam carranca".

Em última análise, "só surgiram carrancas no médio São Francisco porque só nesta região concorreram centros de cultura, com alta densidade demográfica e forte comércio e, finalmente, pelo senso de regionalismo resultante do desejo de emancipação".

As últimas carrancas no médio Rio São Francisco foram vistas no início de 1973.

Fonte: Ticianeli/https://www.historiadealagoas.com.br/carrancas-do-sao-francisco.html, com edições de Zezé Weiss.

FLAVO PRATA

Antenor Pinheiro, especial de *Montevideo*, Uruguai

É o crepúsculo vespertino no abraço das águas, onde a terra termina e o estuário do Prata se estende, divino, soberbo, entre margens que guardam segredos antigos, a recepcionar as águas dos irmãos Paraná e Uruguai - embocadura da amizade dos povos e suas histórias de guerra e paz. Montevideo e Buenos Aires em vigília se miram partilhados no horizonte dissolvido em prata/dourado - ó paisagem de pedras e águas que emolduram esperanças, por onde singram, lentamente, as economias em forma de embarcações sobre o vasto espelho de sonhos ao sul. Correntes líquidas contam histórias milenares de navegantes, guerreiros, pescadores e mares, rios-portos de chegadas e partidas, bonança e tempestade. Refúgio de aves, peixes e marinhas, o flavo estuário é vida em águas de linhas sobrepostas guardiãs da fauna e flora dançantes em harmonia, no palco d'água, de eterna sinfonia junto à ode do oceano, agora doce e salgado. É quando o sol se põe, para logo a lua beijar as águas que cintilam como estrelas refletidas no mar. O Prata respira, pulmão constante na geografia do largo continental, vibrante, resiliente. Rio da Prata, te digo em rima lírica: teu curso é um poema escrito em ondas na margem extrema. És fronteira e união, elo e separação, coração de água, pulsando a imensidão.



Antenor Pinheiro – Geógrafo. Membro do Conselho Editorial da *Revista Xapuri*.

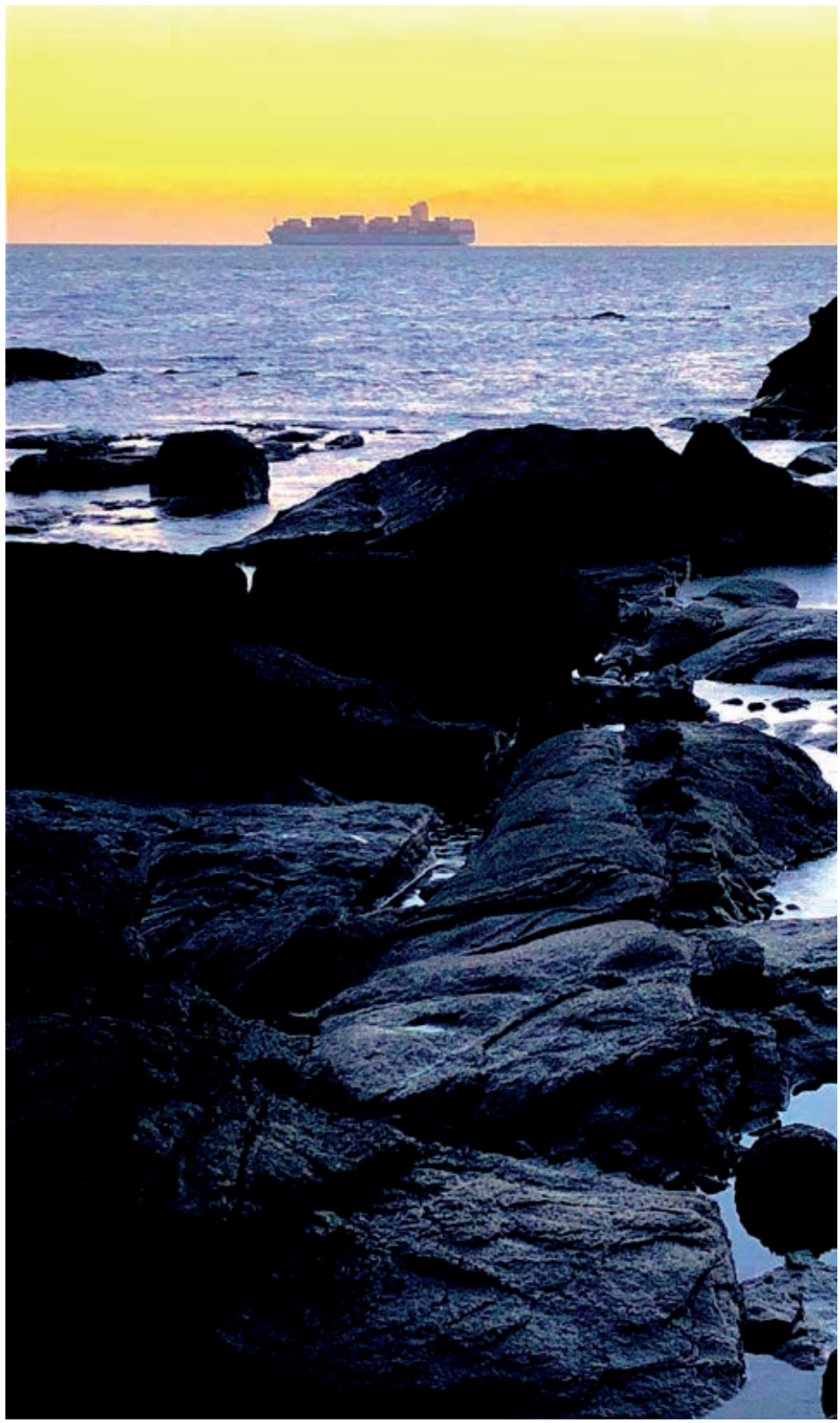


Foto: Antenor Pinheiro (outubro/2022).

FRANÇA INSUBMISSA: A FRATERNIDADE É VERMELHA

Maria Luiza Franco Busse

A vitória das forças políticas unidas na Nova Frente Popular no último dia 4 de julho salvou a França do desastre da hegemonia do fascismo no parlamento nacional.

A Nova Frente Popular formada pelos partidos França Insubmissa, Comunista, Socialista e Os Verdes, obteve 182 cadeiras, deixando os fascistas em terceiro lugar com 143 assentos. Os demais couberam ao Juntos, partido da direita liberal do presidente Emmanuel Macron que obteve 168, aos Republicanos, com 45, e a outros pequenos partidos que somaram 39.

Afastado o perigo iminente, agora é do jogo a disputa interna para formar a maioria de 289 deputados necessária para aprovar o programa de bem-estar social que levou os franceses às urnas, em registro histórico de participação de 67% de eleitores num segundo turno em mais de 40 anos.

Jean-Luc Mélenchon, fundador e presidente da França Insubmissa, comemorou a resistência dos franceses com uma declaração de amor de emocionar a França nacionalista dos *partisans* e de todas e todos que lutaram contra a barbárie nazista que meteu a bota no solo francês. *"On est chez nous!"* – Estamos em casa!

O patriotismo francês esteve presente em grande parte das falas de Mélenchon. Pode um comunista, que é internacionalista, ser, ao mesmo tempo, patriota? A pergunta foi feita e seguida da resposta, por Mao Tsé-Tung. "Não só pode, como deve", afirmou o Timoneiro, ao observar as condições históricas que o levaram a essa consideração:

"(...) Existe o 'patriotismo' dos agressores japoneses e de Hitler e existe o nosso patriotismo. (...) Nós, os comunistas chineses, devemos combinar o patriotismo com o internacionalismo. Somos ao mesmo tempo internacionalistas e patriotas e nosso lema é 'lutar contra o agressor em defesa da pátria'.

(...)[a] Guerra da Resistencia [é] um dever inadiável(...) e só alcançando a libertação nacional será possível que o proletariado e todo o povo trabalhador conquistem sua própria emancipação. A vitória da China e a derrota dos imperialistas (...) constituirão uma ajuda para os povos dos demais países. (...) ações patrióticas são todas justas e longe de infringir o internacionalismo(...)."

Mélenchon não chegou a cantar *Le temps de cerises* – A época da cereja –, mas disse um verso em que o sol volta a brilhar na "sua França", ou seja, a França que mais uma vez entendeu a importância de se unir para lutar contra o verdadeiro inimigo.

Em 2015, um ano antes de fundar a França Insubmissa, Mélenchon lançou o livro *O arenque de Bismarck*, denúncia da política econômica que a Alemanha, o país mais rico da Europa, estava praticando e contaminando o continente.

"Além do Reno nasceu um monstro, filho da economia financeira descontrolada e de um país entregue a ela. Esse casamento está em vias de fazer da Europa sua imagem e semelhança. O veneno alemão é o ópio dos ricos. Mudar nossas vidas e mudar a Alemanha é o mesmo empenho. Temos que levar isso a cabo antes que seja demasiado tarde" – escreveu.

A perspectiva de um tempo ensolarado e com cerejeiras em flor devolveu gosto e luminosidade ao ambiente desumano e malvado das políticas neoliberais que promoveram o desencanto do mundo, terreno fértil para o crescimento e expansão do parasita nazifascista.

E o renascer do encantamento, sem ilusões, não é pouca coisa.



Maria Luiza Franco Busse – *Jornalista e Semióloga. Matéria publicada originalmente no Brasil 247.*



Foto: Divulgação/ RS Fotos Publicas

TEREZA DE BENGUELA: lição de cidadania

Iêda Vilas-Boas

Rainha Tereza, mulher negra e bela, heroína do povo, ícone para as mulheres do país. Retrata o orgulho e a força de sua raça. Veio de uma província de nome Benguela, no oeste de Angola, África.

Tereza viveu no Século XVIII no Vale do Guaporé, no Mato Grosso, e foi líder do Quilombo de Quariterê, hoje essa localidade seria na capital Cuiabá.

O lugar abrigava mais de 100 pessoas, em sua maioria negras. Ainda fazia parte do quilombo um grupo de índios. Foi respeitada como rainha e possuía uma imensa sabedoria para lidar com seu povo. Foi conselheira, sábia, raizeira, parteira, e mantinha avançadas técnicas de recrutamento e de governança.

Tereza regia baseada numa espécie de Parlamento, com um forte sistema de defesa interno. Quariterê cultivava o algodão e era produtor de tecidos. Sob a liderança de Tereza de Benguela, realizava-se este comércio e também de outras plantações. Tudo o que se colhia ou produzia era destinado à comunidade, sob a inspeção de Tereza e de seus comandados, comparados ao que hoje conhecemos por deputados.

Seu companheiro, José Piolho, era o segundo líder e chefe dos Conselheiros. Conta-se que este foi morto por soldados quando da invasão do quilombo e que Tereza sofreu profundamente a perda de seu companheiro. As reuniões do Conselho, composto por representantes das famílias locais, aconteciam em prévios dias específicos da semana, e a comunidade assistia às decisões tomadas. Tereza presidia este Conselho e também as reuniões. As ordens dadas por ela eram executadas e seguidas à risca, sob o prejuízo de punição pela "rainha".

O quilombo e modelo de governo estabelecido por Tereza de Benguela persistiu por quase 25 anos. Dizem que ela cometeu suicídio ao ser capturada. Registros históricos contam da líder, depois de morta, com a cabeça decepada e exposta no meio da praça do quilombo, servindo de exemplificação a todos os rebeldes. Mais que exemplo, Tereza de Benguela foi lição de cidadania.



Iêda Vilas-Bôas *(in memoriam)* – Escritora cerratense, encantada em 8 de abril de 2022. Texto em homenagem a Tereza de Benguela, escrito, provavelmente, em 2020. Em sua memória, publicado nesta edição 117 da *Revista Xapuri*, para celebrar o 25 de julho, Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Dia de Tereza de Benguela.

Pintura: Divulgação/ Fundação Palmare



CHICO MENDES, UMA CHAMA QUE NÃO GRITA.

MAS SEMPRE ARDENTE!

Napoleão Pereira Motta

Por que caboclos humanos,
Pessoas e panos sujam de sangue?
Por que chora a natureza
A falta de seu filho que é pai?
Em que mundo vivo?
Quero tanto mudar coisas...
Como pessoas se apossam de outras?

Se vivo estou livre,
Senão sequestram minh'alma a troco de nada
E vendem meu corpo ao inferno.

O que me conduz é a plena certeza.
Infinita, pequena, mas presente.
Uma chama que não grita.
Mas sempre ardente.
Uma mata que não se fecha
E que já deu muita lenha para queimar.
Mora o índio, seu arco e flecha.
Mora o perigo em todo lugar.

E a esperança que me alcança
Novamente avisa que o vento sopra,
Mas o vento vai para qualquer direção.
Pois de repente, tudo cai e a bala sai
Do cano em explosão.

Ah! Com essa o corpo não pode não!
Não sabe o Pai que o vento já trocou de mão.
É brisa triste que o ar resiste a toda ambição.
Ah! Deus que não te conheço.
Peço-te justiça sem alarde
De todo crime que não conheço,
Mas de tudo que não mereço
Espero que não seja tarde.

Neste ano de 2024, se não o tivessem
assassinado em 22/12/1988,
Chico Mendes completaria 80 anos de vida.
Em sua homenagem,
publicamos este poema, enviado por seu autor,
Napoleão Pereira Motta,
para Angela Maria Feitosa Mendes,
filha mais velha de Chico Mendes.
Gratidão, Poeta!

Xapuri
SOCIOAMBIENTAL

MAIS DO QUE UMA REVISTA





UM ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

Em novembro de 2024 completamos 10 anos.
Contamos com você para seguir lutando!

pix: contato@xapuri.info

SEGURANÇA PÚBLICA: SAÚDE MENTAL E MUNDO DO TRABALHO

Juliana Ribeiro



Foto: Divulgação/

Sentir-se bem, feliz e saudável tornou-se um dos grandes discursos de nossa sociedade, em contraposição ao imenso fenômeno do adoecimento mental, marcado por depressão, ansiedade, estresse e suicídio.

Tais aspirações podem ser consideradas ilusórias no contexto da exploração do trabalho, já que a pressão pela produtividade e eficiência é ferramenta corrente de gestão, geradora de indução ao adoecimento.

Esse discurso da felicidade, ainda, atribui ao indivíduo a responsabilidade única por alcançá-la, afastando o intrínseco contexto social e histórico, mediador dessa condição.

Ou seja, nesse ardil, arrisca-se a incumbir o trabalhador, além de suprir sua necessidade de alimentação e descanso, da tarefa de garantir sua saúde mental, independentemente das condições do meio em que vive, sob pena de desemprego e isolamento social.

No mundo do trabalho, essa pauta assume a potencial condição de reflexão sobre o sistema e suas consequências, em diversos âmbitos, desde o modo de produção até seus reflexos nas políticas públicas e instituições que as compõem.

Dessa forma, observar a saúde mental impõe abordagem prudente em relação à objetificação das pessoas, para unicamente estarem mais bem dispostas aos desgastes e riscos da exploração do

trabalho, inserindo a perspectiva humana em plenitude.

É nesse contexto que também se enquadra a observação em relação aos policiais. São eles submetidos a ambiente de trabalho adverso, pois atuam perante grandes mazelas sociais e vivenciam relações institucionais autoritárias e deturpadas, o que é demonstrado pelos índices de adoecimento mental e suicídios, superiores aos de outras categorias.

Como contorno deste esforço, desenvolve-se especial ênfase às problemáticas institucionais e às especificidades das atribuições, como sendo elementos preponderantes para a ocorrência dos índices de adoecimento mental e suicídios dos policiais no Brasil, a despeito dos aspectos individuais.

Embora existam poucas pesquisas relacionadas à saúde mental dos profissionais de segurança pública, é possível trazer à baila contrariedades constatadas pela sociedade, em senso comum, no tocante a desmotivação e falta de engajamento dos policiais, produtoras de má qualidade na prestação do serviço de segurança pública.

Nesse sentido, a Pesquisa Nacional de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública realizada pela Universidade de Brasília (UnB) e Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), conclui que, dentre outros, os principais temas que impactam a qualidade de vida no trabalho dos policiais são: engajamento, motivação, qualidade do sono, psicopatologia, neuroticismo, Burnout, satisfação com a vida, endividamento e qualidade da alimentação.

Os altíssimos índices de suicídio consistem no principal indicador da gravidade do adoecimento mental desses profissionais. Em a "Análise crítica sobre o suicídio policial", realizada pela Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo, os índices de suicídio dos policiais são 4 vezes maiores do que os índices da população não policial, e pode ser considerado epidêmico, segundo parâmetros da OMS.

A pesquisa Perfil dos Profissionais de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, referente aos dados de 2022 e 2023, assim demonstra:

Instituição	Suicídios
Polícia Militar	171
Polícia Civil	33
Polícia Penal	12
Corpo de Bombeiros Militar	10
Órgãos de Perícia Oficial	0
TOTAL GERAL	**226**

O modelo de segurança pública brasileiro contém 138 instituições, entre estaduais e federais, que mantêm uma cultura institucional de forte hierarquização.

E são as relações internas um dos maiores desafios dessa análise, na medida em que apresentam uma preponderância do autoritarismo, fundado no assédio e no controle do indivíduo, inclusive na sua vida privada e no modo de enxergar a vida.

Em pesquisa realizada nas Instituições de Segurança Pública de Alagoas, o Ministério Público e a Universidade Federal de Alagoas identificaram que, por exemplo, no Corpo de Bombeiros:

"quase a metade das 98 mulheres que responderam à pesquisa (46,9%) – cerca de 45 mulheres – já foram vítimas de assédio sexual. Essa cifra é bastante expressiva, sobretudo quando os dados são comparados com os poucos casos levados até a Corregedoria do Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas: apenas 02 procedimentos correcionais em 2020 e apenas 05 nos últimos cinco anos." (pág. 45).

É preciso ressaltar que as instituições policiais brasileiras se encontram no cerne do Estado mínimo, cujo reflexo é o sucateamento dos recursos materiais e redução constante de quadro de servidores, o que gera imensa sobrecarga de trabalho. A exemplo, a Polícia Civil de São Paulo apresenta, no ano 2024, um déficit de 17 mil servidores.

Outro aspecto relevante é a restrição ao exercício de direitos, que consiste hoje no impedimento do direito de greve e da livre manifestação de pensamento em relação às condições de trabalho. Disso resulta a existência de poucos e/ou enfraquecidos canais de reivindicação das demandas dos policiais e a pouca consciência da condição de ser o policial um servidor público/trabalhador, sujeito de direitos – humanos.

Essas restrições contribuem para dificultar a realização das mudanças, tanto no modelo de segurança quanto nas questões cotidianas institucionais, na medida em que retira da cena o policial como cidadão. É uma categoria que trabalha com condições precárias e suas reclamações diárias não se transformam em demandas, mas sim em elementos individuais de aceitação.

O breve e superficial retrato acima esboçado é apto a demonstrar o contexto institucional e laboral dos policiais como sendo uma verdadeira "panela de pressão", que se expressa em violências.

A saúde mental é responsável pelas boas condições de tomada de decisão, durante as atividades cotidianas dos policiais, pois tem influência na capacidade de cognição da realidade.

E, sendo profissionais portadores de arma de fogo e do poder de restringir direitos de terceiros, a fragilidade da saúde mental deve ser observada como elemento fundamental do sistema. Desta feita, até mesmo para os debates referentes à letalidade e à qualidade do serviço prestado, o adoecimento mental dos policiais merece destaque.

Pois, se estamos diante da possibilidade de vivermos num modelo que, além de prestar um serviço inadequado às demandas sociais, contribui para o adoecimento e suicídio de seus servidores, a adoção de medidas é urgente.

A oferta de assistência psicológica é uma política necessária para evitar a perda de vidas e insere as instituições na responsabilidade da questão. Em geral, medidas de valorização do profissional policial podem



Foto: Divulgação/

ajudar na garantia de uma gestão pública apta a entregar um serviço de melhor qualidade à população.

Um primeiro passo já foi possível. O governo federal, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, está oferecendo atendimento psicológico online e gratuito para profissionais de segurança pública, no Projeto ESCUTA SUSP. E por meio dele foram elaborados protocolos específicos para as questões policiais, com base em estudos realizados por terapeutas coordenados pela UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

Para isso ser possível, os terapeutas foram capacitados para compreenderem a dinâmica do universo policial e, assim, adquirirem repertório para as consultas. Esse projeto proporciona acionamento direto pelo profissional, sem qualquer filtro institucional.

Mas, a fim de se evitar o ardil do discurso utilitarista de melhoria da qualidade de vida no trabalho, apenas com enfoque na qualidade do serviço público, importante se torna observar as condições extenuantes dessa mão de obra, acolhendo essas demandas e visando construir consciências.

Um segundo passo precisa ser dado e extrapola a função de governo ou de uma política pública. Numa perspectiva político-organizacional, essa é uma oportunidade de busca de canais de diálogos com as associações da categoria, de adoção de posturas de apoio nas lutas por melhoria salarial e defesa de seus direitos humanos, em casos como assédios, homofobia, racismo etc., proporcionando novos rumos e novos argumentos de debate estruturais.

A segurança pública continuará sendo uma das principais pautas a serem tratadas nos debates públicos, sendo relevante uma posição partidária incisiva sobre o acolhimento das demandas do trabalhador policial, a partir de sua saúde mental e seus reflexos, como sendo um dos pilares dos programas de governo na área de segurança elaborados.



Juliana Ribeiro – Pesquisadora. Via Revista *Focus Brasil* 2-9 julho/2024.

FETEC CUT Centro Norte

O MITO DA ONÇA-BOI



Foto: Divulgação/

Luís da Câmara Cascudo

Genésio Xavier Torres, servente do Tribunal de Apelação do Rio Grande do Norte, andou, muitos anos, pelos rios da Amazônia e Acre, tirando seringa, cortando caucho e apanhando castanhas.

Afirma-se que a onça-boi é o animal mais temido pelos caçadores, e sua existência está, diz ele, fora de qualquer dúvida.

É uma onça-pintada, com a peculiaridade de possuir patas como o boi, patas redondas, cascos fortes que deixam rastro inconfundível.

Naquelas paragens não há gado que justifique a pegada.

A onça-boi anda sempre casalada e nisso reside o perigo. O caçador perseguido pela onça-boi estará perdido se não a puder matar imediatamente.

Como os cascos não permitem a subida nas árvores, elas ficam, dias e noites, vigiando o caçador que, procurando salvar-se, empoleirou-se num galho.

Quando uma das onças está com fome, retira-se, e a companheira permanece de sentinela. Essa vigia alternada esgota as forças do homem que termina caindo exausto da árvore e sendo devorado.

Todos os caçadores contam a mesma estória.

No acampamento número 23, perto da boca do rio Abunã, no Madeira, a turma de caçadores encarregada de prover de alimentos da mata os trabalhadores, vez por outra, encontravam-se com o rastro redondo das onças-boi.

E apesar de ser constituída por homens veteranos de caça e pesca, mateiros com 20 anos de floresta, nenhum ousava "entrar", no pavor do encontro terrível.

O senhor Francisco Peres de Lima (Folclore Acreano, p.107, Rio de Janeiro, 1938) escreve sobre a onça-pé-de-boi:

"Esse animal sai do círculo dos bichos fabulosos e imaginários, porque de fato existe."

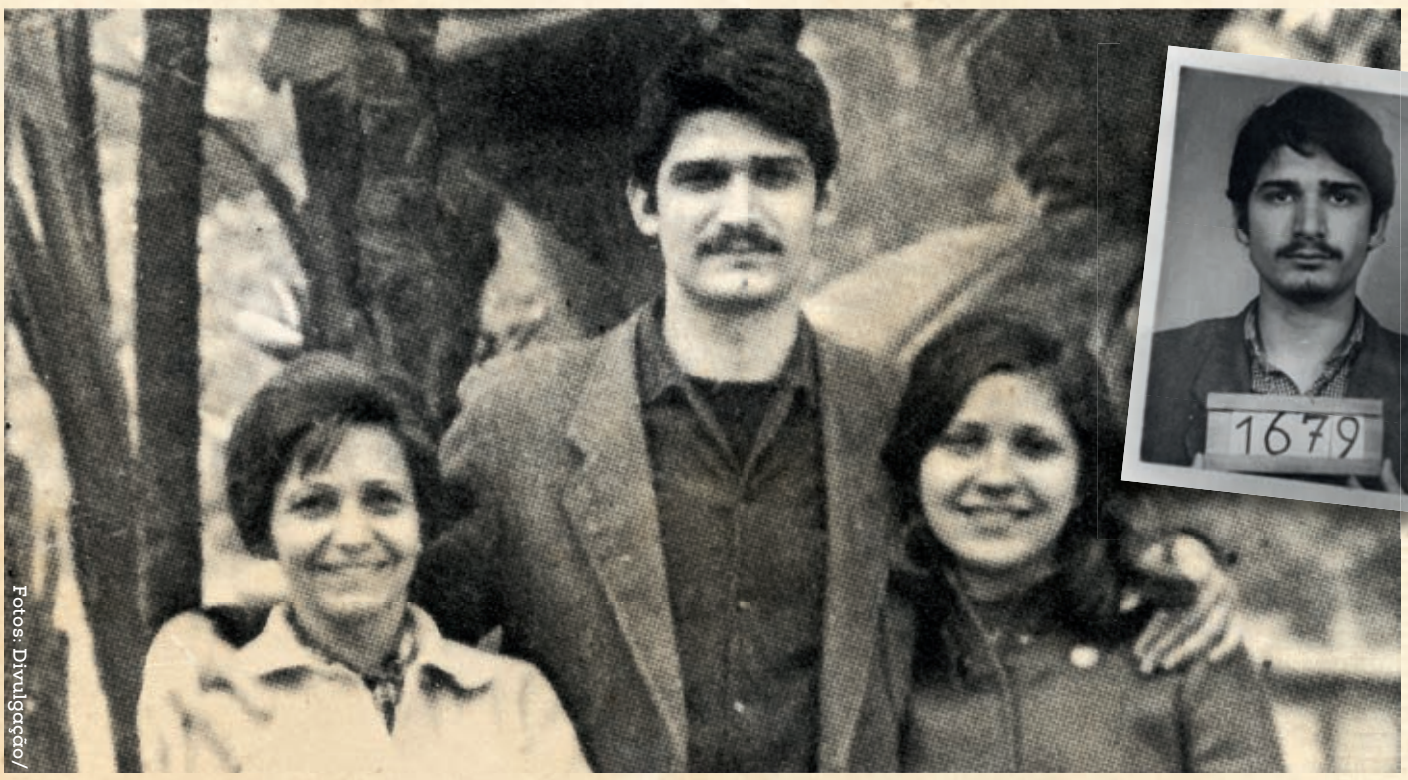
Não discutamos...



Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) – Folclorista brasileiro, em *Geografia dos Mitos Brasileiros*, Editora Global, 2001.

"A MEMÓRIA DO ANJO"

Pedro Tierra



Fotos: Divulgação/

Em seu livro recém-lançado *Por trás das chamas – Mortos e desaparecidos políticos – 60 anos do golpe militar de 1964*, editora Expressão Popular, 2024, os autores Nilmário Miranda, Carlos Tibúrcio e Pedro Tierra (Hamilton Pereira) relatam que:

"Nenhuma outra palavra poderia definir de forma tão cabal o objetivo da ditadura civil-militar em relação às forças de esquerda que se levantaram contra ela (...) A esmagadora maioria [dos e das militantes eram jovens], não alcançara os 30 anos.

A literatura de resistência ao regime imposto pela ditadura registrou, recorrendo à metáfora para contornar a censura e o espírito obscurantista da época, a violência sufocante do Estado e a resistência a ela.

Anos mais tarde, o poeta Pedro Tierra descreveu no poema "A Memória do Anjo" as últimas horas de Rui Carlos Vieira Berbert, na cadeia pública de Natividade, pequena vila perdida no norte de Goiás, hoje Tocantins:

Foi preso ao fim da tarde.
É certo que havia sol no momento da captura.
As mulheres lhe ofereceram uma rede e cordas,
para que não dormisse sobre o ladrilho úmido,
naquele tempo de chuvas.

(...)
"Que espécie de desesperada esperança
aquela que nutre a palavra
e os gestos desses anjos incendiários?
De que jazida de esmeralda líquida
a extraem?
E quando a algum deles recorro
e indago,
o que recolho é que não importa
o porto
mas a paixão de navegar..."

Afonso, o soldado, lhe deixara cigarros e fósforos.
Contabilizou, cuidadoso, cada palito, cada cigarro,
como alguém que já cumprira pena
em algum lugar.

A cela: grande, sombria,
apesar das paredes brancas.
Chão de ladrilhos,
grades de madeira escura,
escurecidas por muitas medidas de tempo
e silêncio.
Voltadas para a rua.
A cidade inteira sabia que o anjo fora preso.
Sabia e vigiava.
Até as pedras.

Alta e sombria, a cela.
Cruzada de fora a fora por um travessão,
de aroeira, talvez.
Inatingível para a fuga ou para a morte.

(...)
As moças, hoje senhoras golpeadas
pela misteriosa beleza do anjo –
recordam vagamente que ele atravessou
mais de uma noite
à espera da morte.

(...)
Amanheceu suspenso no ar por uma corda
atada ao pescoço.
Só um anjo, golpeado pela desgraça
ou pela melancolia eterna
seria capaz de voar silencioso
até o travessão
e lançar-se
para a morte, sem deixar vestígio...

(...)
Alguém fez alusão a duas ou três palavras
inscritas com sangue na parede branca.
Ninguém, ao que se sabe, se aventurou
a revelar o que diziam.

(...)
Ao anjo lhe deram o nome de João Silvino Lopes,
uma de suas identidades terrenas,
para que não sucumbisse aos vermes da terra
sem nome algum
e assim se registrasse no livro de óbitos.



Pedro Tierra – Ex-preso político da ditadura. Poeta. Conselheiro da Revista Xapuri. Poema publicado em Poemas do Povo da Noite – 5ª edição revisada. São Paulo, 2024.



Foto: Divulgação/

SOCIOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TRABALHO EM EQUIPE

Projeto "Cuidando da escola e do planeta como cuido da minha casa" fortalece laços comunitários de solidariedade na proteção ao meio ambiente e ao ambiente escolar.

Reflexões organizadas em sala de aula, gincanas que promovem pequenas mudanças de comportamento e atividades extraclasse são os ingredientes que se misturam e compõem o projeto "Cuidando da escola e do planeta como cuido da minha casa", desenvolvido pela professora Gildenir Calisto no CEM 304 de Samambaia desde 2013.

Professora de Sociologia, Gildenir procura trabalhar a educação ambiental por meio de conceitos de cidadania. "Nós debatemos os acordos feitos para se viver em comunidade, a importância de segui-los para respeitar o outro e o meio ambiente, e assim, viver em harmonia", conta a docente. "Os estudantes percebem que pequenas mudanças de hábito fazem diferença, e saem da escola com um olhar mais crítico sobre a relação entre seres humanos e meio ambiente", aponta ela.

Na sala de aula, os estudantes do ensino médio discutem os conteúdos da sociologia que, depois, aplicam na gincana, numa perspectiva da proteção ao meio ambiente e dos cuidados com o espaço escolar, que é de todos. A aplicação prática evidencia a importância do trabalho colaborativo e das relações cooperativas entre os indivíduos que pertencem a um determinado grupo.





A gincana é bimestral e é disputada pelas turmas, e entre as tarefas que devem ser executadas estão atitudes

para a conservação dos espaços comuns, como a limpeza dos ambientes e o ato de desligar lâmpadas e ventiladores ao deixar um cômodo que não está sendo utilizado, e ações para o uso consciente da água. Cada turma tem também a tarefa de reunir tampinhas de plástico, que são doadas a uma instituição filantrópica.





A turma vencedora da gincana ganha direito a uma atividade extraclasse. Ao longo dos anos do projeto, diversas atividades foram realizadas com sucesso, como:
- Visita ao memorial dos povos indígenas após trabalhar o documentário Falas da Terra (reflexão sobre a relação dos povos originários com a natureza);
- Passeio de barco no Lago Paranoá com aula sobre poluição (realizado em parceria com a empresa Mar de Brasília);
- Visita monitorada ao Museu da República;
- Visita a aterros sanitários e estação de tratamento de água da Caesb (Companhia de Saneamento Ambiental do DF);
- Trilha no Parque Nacional de Brasília (PNB), com banho de piscina na Água Mineral.

Também são realizadas atividades no interior da escola, como palestra com o pessoal do Sistema de Limpeza Urbana (SLU) e a "feira de troca", que busca dar ênfase à economia circular e à reutilização de bens materiais. Além disso, a gincana tem início com um mutirão de limpeza de todo o espaço escolar, que dá início às tarefas de conservação do ambiente coletivo.

"Esse é um trabalho bacana que podemos executar em qualquer escola", anima-se Gildenir. "Mesmo que haja dificuldade para realizar os passeios extra-classe, há a gincana, que traz resultados muito positivos", considera ela.

O mote do projeto "Cuidando da escola e do planeta como cuido da minha casa" consiste em envolver cada estudante diretamente com os cuidados com espaço coletivo que dividem – a escola – assim como com o meio ambiente, fortalecendo relações comunitárias. "Para ser um time, é preciso confiar no outro e retribuir a confiança do outro", diz ela. Trabalhar juntos facilita as tarefas difíceis ao mesmo tempo que cria laços de empatia e solidariedade. Não há contraindicações!



Foto: Divulgação/ Bruno Kelly

FRAUDE EM MERCADO DE CARBONO GRILOU 500 MIL HECTARES DE TERRAS NO SUL DO AMAZONAS

Leanderson Lima/Amazônia Real

Empresários presos em operação da Polícia Federal que investigou fraudes em mercado de crédito de carbono em áreas do sul do Amazonas grilaram (apropriação ilegal) ao menos 530 mil hectares de terras públicas pertencentes à União.

O valor da área é estimado em R$ 800 milhões. Os dados são resultados da investigação da PF denominada *Greenwashing*. O nome da operação refere-se a uma prática de empresas que mascaram irregularidades com supostos benefícios sustentáveis, conhecida como "lavagem verde".

"A gente efetuou o bloqueio dessas áreas. E vamos trazer de volta para o patrimônio da União. E dos planos de manejo, a gente verificou todos que foram feitos em cima das áreas que eles teriam fraudado e identificou que teria sido mais de um milhão de metros cúbicos de madeira, que o valor venal pericialmente foi calculado em 600 milhões também", disse à Amazônia Real o delegado Thiago Scarpellini, que comandou a Operação *Greenwashing* no início de junho.

Segundo o delegado, a atividade ilegal no sul no Amazonas rendeu para a organização criminosa revelada na Operação *Greenwashing* pelo menos R$ 120 milhões. O cálculo foi feito com base nas informações levantadas pela Polícia Federal no site da certificadora internacional de crédito de carbono Verra.

A investigação da PF levou à prisão dos empresários Ricardo Stoppe Júnior, Élcio Aparecido Moço, José Luiz Capelasso, Ricardo Villares Lot Stoppe e Poliana Heloísa da Silva Capelasso. A empresária Poliana conseguiu um *habeas corpus*, enquanto os outros quatro suspeitos continuam presos. Segundo o delegado, Poliana conseguiu ir para prisão domiciliar, com monitoramento eletrônico, por ser mãe e ter dois filhos pequenos.

De acordo com matéria da *Folha de S. Paulo*, a intenção dos criminosos era alcançar um total de 3,5 milhões de hectares em seis cidades do Amazonas.

GRILAGEM EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Conforme a investigação da Polícia Federal, os integrantes da organização criminosa (ORCRIM) atuavam essencialmente na chamada grilagem jurídico-administrativa, gerando matrículas viciadas e nulas dentro de terras públicas da União.

A partir das áreas griladas, ainda segundo a investigação, a organização criminosa elaborava projetos de crédito de carbono. Por meio de certificadoras internacionais que não verificavam a cadeia dominial dessas terras, o grupo venderia créditos de carbono, utilizando de forma indevida os Planos de Manejo

Florestais (PMFs), criando gado "fantasma", além de buscar "implementar outras atividades lucrativas".

"As regiões onde eles fraudaram documentações são regiões extremamente pobres, que carecem do apoio estatal. Quando eles se apresentavam lá, chegavam como se fossem empresários que iriam revolucionar a área, que iam trazer benefícios e no primeiro momento até eles ajudavam a região com pequenas benfeitorias. Os moradores acreditavam que poderia ter uma mudança de vida, mas que nunca chegava", conta Scarpellini à Amazônia Real.

Os suspeitos agiam na Floresta Nacional (Flona) do Iquiri, que é uma unidade de conservação federal sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A floresta fica no sul do Amazonas, dentro do município de Lábrea, na divisa com Rondônia e Acre. Esta é uma das áreas de maior pressão de desmatamento, de queimadas, e tem uma história longa de grilagem de terras.

A Flona do Iquiri tem uma área de aproximadamente 1,47 milhão de hectares, sendo que aproximadamente 883 mil, segundo o governo federal, podem ser destinados ao manejo empresarial.

"Boa parte das áreas que eles pegavam estavam dentro da Floresta Nacional, onde não tinha ninguém morando. Mas tinham pessoas que moravam limítrofes, circunvizinhas ali. Eles prometiam uma melhoria e não traziam. A busca deles era pelo lucro. No início, faziam umas reuniões para tirar umas fotos, fazer um vídeo [tudo para] aparentar que iriam ajudar a região e depois aquilo lá só ficava apenas como recordação", descreve o delegado.

Após a deflagração da operação, a Verra suspendeu temporariamente a conta relacionada ao Projeto REDD+ Unitor (Projeto Verra 2508), Projeto REDD Fortaleza Ituxi (Projeto Verra 1654) e Projeto REDD+ Evergreen (Projeto Verra 2539), projetos com envolvimento dos suspeitos presos pela PF, e que levam os nomes das empresas dos envolvidos.

Ricardo Stoppe Júnior, considerado o mentor intelectual do grupo, segundo a Justiça Federal, é dono da empresa Ituxi Administração e Participação Ltda. Os demais são considerados sócios de Ricardo. Élcio Aparecido Moço também é proprietário da empresa Agropecuária 3 Barras Ltda. Ricardo é médico e natural de São Paulo e se apresentava como fazendeiro.

A Verra atua em escala global e é uma certificadora de Créditos de Carbono. E uma certificadora tem a função de avaliar se, de fato, um projeto está retirando ou reduzindo gases do chamado efeito estufa.

Uma vez que a certificadora confirma que um determinado projeto está cumprindo com as exigências, expede-se o *Verified Carbon Standard* (VCS) – Padrão de Carbono Verificado, em tradução livre).

O mercado de crédito carbono funciona em um sistema de negociação entre empresas ou governos que têm como objetivo reduzir a emissão dos gases que causam o chamado efeito estufa.

A medida para a negociação é a tonelada de dióxido de carbono equivalente, ou seja, cada crédito de carbono corresponde a 1 t CO^2 que deixou de ser emitido na atmosfera.

Este mercado se originou a partir da criação do Protocolo de Kyoto, que foi um acordo ambiental fechado durante a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em Kyoto, Japão, em 1997. Entre as metas, o protocolo estabelecia a redução de 5,2%, em relação a 1990, na emissão de poluentes, principalmente por parte dos países industrializados.

Em síntese, se uma empresa ou projeto deixa de emitir gases do efeito estufa, ela pode transformar isso em crédito de carbono. E uma vez que sejam devidamente certificados, esses créditos podem ser negociados no mercado.

SERVIDORES PÚBLICOS

A investigação aponta para o envolvimento de servidores públicos que atuam em órgãos estaduais e federais responsáveis por regularização fundiária e licenciamento ambiental, além dos cartórios extrajudiciais. Uma das suspeitas apontadas pela investigação é a tabeliã do Cartório de Lábrea, Luciana da Cruz Barroncas.

No último dia 23 de março, o corregedor-geral do Tribunal de Justiça do Amazonas, desembargador Jomar Fernandes, comandou uma correição extraordinária, que resultou no afastamento temporário de Barroncas sob acusação de "indícios de omissão de atendimento às solicitações de instituições públicas, dentre elas, o Incra".

De acordo com a Corregedoria, a investigação busca apurar as atividades da tabeliã, como fiscalizar e analisar os documentos públicos em poder do cartório. Luciana da Cruz Barroncas já havia entrado na "alça de mira" da corregedoria do Tribunal de Justiça do Amazonas no episódio da disputa de terras onde se localiza a Fazenda Palotina e a comunidade rural Marielle Franco, em Lábrea.

Durante a visita da Corregedoria de Justiça do Amazonas, descobriu-se que pelo menos duas páginas foram arrancadas do documento registrado no Cartório Extrajudicial da Comarca de Lábrea (distante 703 quilômetros de Manaus), justamente do documento onde deveria constar a cadeia dominial da fazenda Palotina, que é considerada pelo Incra como terra devoluta.

Conforme consta na decisão judicial da operação *Greenwashing*, a PF descobriu o envolvimento dos funcionários públicos por meio de análises documentais, telemáticas e financeiras. Tudo era viabilizado a partir do pagamento de propinas.

"O grupo atuaria em conluio com servidores públicos de diversos órgãos de regularização fundiária, licenciamento ambiental e cartórios extrajudiciais, efetuando pagamentos aos agentes públicos para viabilizar a grilagem de terras públicas e outros registros em bases de dados governamentais, o que teria sido demonstrado através de análises documentais, telemáticas e financeiras", diz trecho da decisão da juíza federal Maria Elisa Andrade, que determinou a



Foto: Divulgação/ Ascom Semas

prisão dos empresários, do dia 29 de maio de 2024.

E a região escolhida pelo grupo para o golpe? "Sul do Amazonas, em especial [nos municípios de] Lábrea e Apuí", conforme o delegado Thiago Scarpellini. Segundo o delegado, os suspeitos tinham uma aparência de serem empresários sérios e bem sucedidos. À Amazônia Real, o delegado não mencionou quais os órgãos tiveram participação na fraude. (...).

BENS DE ALTO VALOR

De acordo com o delegado, durante a operação, chamaram atenção os bens materiais e o poder aquisitivo dos empresários, considerados altos. "Aviões, lanchas, dezenas de carros de valores elevados. As casas que também foram sequestradas também têm um padrão muito elevado. Ali nem nós acreditávamos nisso", revelou.

Depois da deflagração da operação, a Polícia Federal tem um vasto material para analisar. "Só de celular apreendido foram quase 50 celulares, então vai demandar um esforço nosso aqui e um período mínimo para que a gente consiga fazer toda essa análise, mas não tem sombra de dúvida que os crimes foram cometidos pelos atores que a gente tem como investigados", pontua Scarpellini.

A lista de crimes, que teriam sido cometidos pela quadrilha, é grande. Vai de fraude documental, falsidade documental e ideológica entre outros. "Não foi cometido uma vez, foram cometidos várias vezes, em cada área deles, eles cometeram o crime uma ou duas vezes", explica Scarpellini. Segundo ele, os principais investigados cometeram crimes que, juntos, superam 50 anos de prisão.

A reportagem da Amazônia Real entrou em contato com os advogados de Ricardo Stoppe Júnior, Élcio Aparecido Moço, José Luiz Capelasso, Ricardo Villares Lot Stoppe para que comentassem as acusações da Polícia Federal, até a publicação da reportagem, não houve retorno. A reportagem não conseguiu contato com os representantes de Poliana Heloísa da Silva Capelasso.

Procurado, o Ministério Público Federal no Amazonas informou à reportagem que há cinco inquéritos civis em andamento que apuram temas de crédito de carbono sobre territórios indígenas e tradicionais. Um sexto inquérito civil acompanha o tema de NFT, com conexões ao tema de financeirização da natureza. NFT é a sigla em inglês para os chamados "tokens não fungíveis", que são criptoativos de arquivos digitais de alto valor.

Amazônia Real questionou sobre a situação dos projetos, atualmente, e se após a operação a certificadora Verra pretende fazer alguma modificação em seu processo de certificação.

A Verra respondeu dizendo que os projetos listados foram colocados "em espera" enquanto se aguarda uma revisão formal da própria VERRA. "Durante o processo de revisão, Verra não faz nenhum comentário sobre os projetos, de modo a influenciar indevidamente a revisão", finalizou



Leanderson Lima – Jornalista. Excertos da matéria publicada no site Amazônia Real. Edição feita pela redação da *Revista Xapuri* por limitação de espaço. Veja a matéria completa em https://amazoniareal.com.br/fraude-de-mercado-de-carbono/.

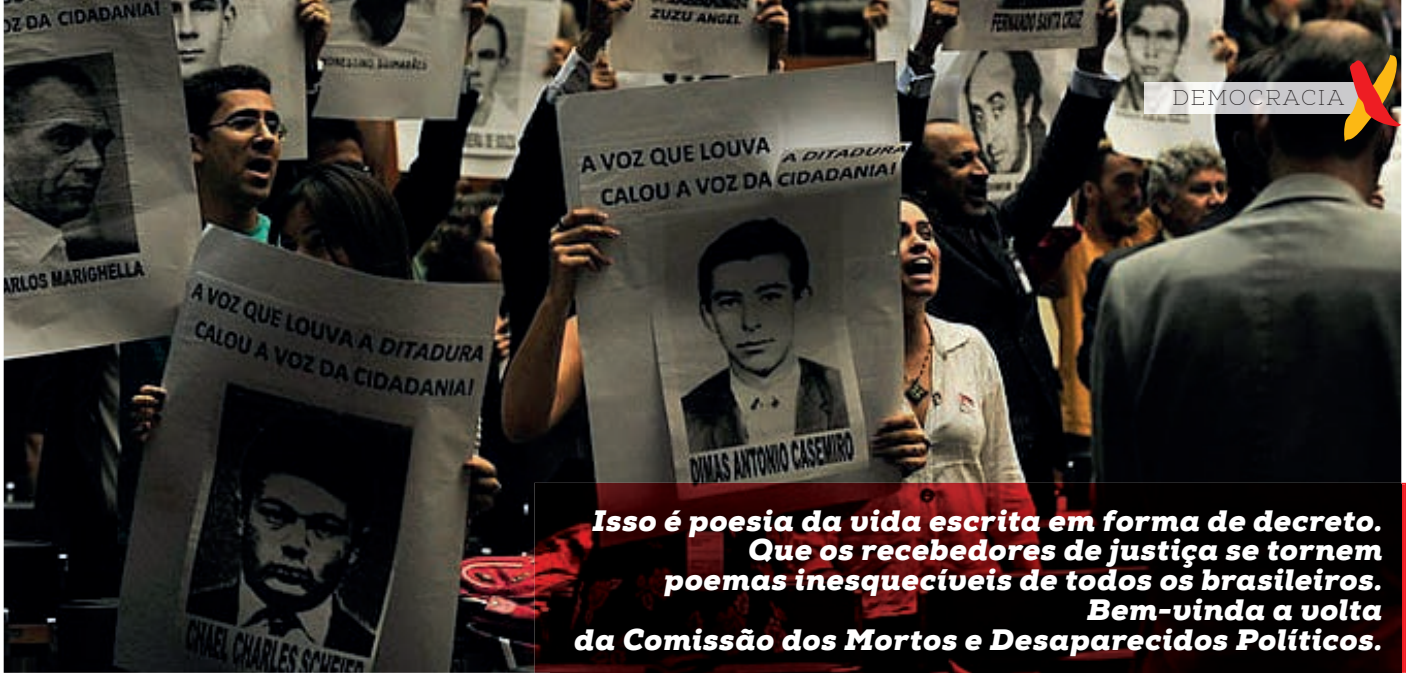


Foto: Divulgação/Antonio Cruz/Agência Brasil

Isso é poesia da vida escrita em forma de decreto. Que os recebedores de justiça se tornem poemas inesquecíveis de todos os brasileiros. Bem-vinda a volta da Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

POESIA DA VIDA ESCRITA EM FORMA DE DECRETO:
VOLTA A COMISSÃO DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

Urariano Mota

Depois do anúncio da próxima prisão de Bolsonaro, a melhor notícia da primeira semana de julho foi a recriação, pelo Presidente Lula, da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. A necessária comissão havia sido destruída pelo governo fascista que dirigiu o Brasil antes do nosso governo democrata. No retorno da Comissão, teremos a volta da brava Procuradora Eugênia Augusta Gonzaga.

Nunca será demais lembrar que a doutora Eugênia Augusta Gonzaga esteve à frente e inspirou o Grupo de Trabalho Perus, responsável por identificar ossadas de presos políticos em São Paulo. O objeto era a identificação de 1.047 restos mortais de desaparecidos políticos enterrados no cemitério de Perus. Se não houvesse feito mais que isso, já estaria qualificado para todo trabalho de justiça histórica.

Na Comissão que retorna, teremos ainda Maria Cecília de Oliveira Adão, representante da sociedade civil; Rafaelo Abritta, representante do Ministério da Defesa; e Natália Bonavides (PT-RN), deputada federal. A esta altura, alimentamos a esperança de que a Comissão não seja republicana no pior sentido, naquele da pretensa imparcialidade.

Queremos dizer, a verdade tem que ser parcial, absolutamente parcial na defesa dos ex-presos políticos e punição aos criminosos assassinos da tortura. Ela não poderá jamais repetir o erro que abrigou antes um jurista pernambucano, que depois, ao fim, saiu a defender torturadores do regime, porque a anistia havia sido "para os dois lados"!

Acreditem, na redemocratização ainda existiu quem defendesse uma lei atravessada à força no fim da ditadura, de escárnio à justiça. Agora, temos a esperança ainda que sejam desenterrados os processos emperrados pelos mais torpes motivos e desculpas.

Entre eles, o de Givaldo Gualberto da Silva, processo de Anistia 2010.01.67794. A razão é de urgência. O seu estado de saúde é gravíssimo. Na idade de 82 anos, tornado cego, e com outros males, como suspeita de câncer.

Nomeio Givaldo porque o conheço de mais perto. Mas existem outros processos, que por demora e lentidão burocrática terão os benefícios concedidos aos herdeiros. Os injustiçados podem perder e já perderam um mínimo de dignidade no fim das suas vidas.

A nota boa e feliz desta semana foi o decreto do Presidente Lula em 04/07/2024:

"Considerando o disposto no art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 5º e art. 13 da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, torno sem efeito o Despacho do Presidente da República, publicado no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2022, Seção 1, Edição Extra A, que aprovou o Relatório Final de Atividades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, referente ao período de dezembro de 1995 a dezembro de 2022, e declaro a continuidade das atividades da Comissão Especial, na forma prevista no art. 4º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995".

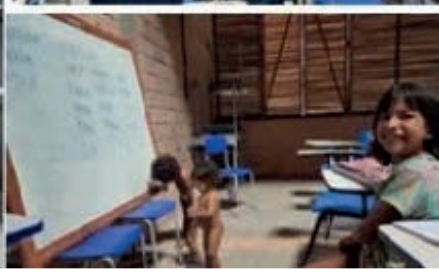


Urariano Mota – Escritor. Autor de Soledad do Recife, recriação dos últimos dias de Soledad Barret, entregue pelo marido, o traidor Cabo Anselmo, à ditadura. Matéria publicada originalmente no Brasil 247.









AWA IHA: UMA ESCOLA NA "LÍNGUA DA GENTE"

José Bessa Freire

Arixa ta pape japoha ripa, arixa ta awa ´ĩha
(Em língua Awa. 2024).
Queremos escola, mas uma escola na língua da gente
(Tradução livre).

O povo Awa (Gente) do Maranhão reivindica uma escola, mas uma escola em *awa 'ĩha* (língua da gente). Eles também querem aprender a ler e escrever em português como segunda língua, mas rejeitam a "fábrica de fazer brancos" que, por ser monolíngue, devora as crianças indígenas, como registra o mito andino sobre a origem da escola colonizadora.

O modelo de escola e o projeto do curso de magistério indígena *Awa Pape Mumu'ũha Ma'a kwa Mataha* foram discutidos pelos Awa agora em maio durante oficina organizada pela Funai dentro da Terra Indígena Awa.

Participaram professoras, professores, agentes de saúde e guardiões da floresta das aldeias Tiracambu, Awa, Juriti e Cocal, além de representantes das associações indígenas Arari e Kakỹ, servidores da Funai e consultores.

O TREM DA VALE

Os *Awa Guajá* – como são conhecidos – foram contatados nos últimos tempos, por isso são classificados pelo Estado brasileiro como "povo de recente contato". Os primeiros, que ocorreram na década de 1970, deram origem à aldeia Guajá.

Na década seguinte, outros da região do rio Pindaré se fixaram na Terra Indígena Caru com os Guajajara. Já os contatos posteriores, dos anos 1990 em diante, levou-os a se radicarem na Terra Indígena Awa, demarcada apenas para eles.

Cerca de 72,5% dos Awa, reunidos em 1976 na aldeia Guajá, morreram nos cinco anos subsequentes de gripe, malária e leishmaniose, diminuindo drasticamente a população.

O IBGE ainda não processou as novas informações sobre etnias, mas já existem dados gerais do Censo de 2022, que podem ser comparados com os de 2010. No Maranhão vivem hoje 57.166 pessoas indígenas, um pouco mais de 600 são Awa.

No entanto, a existência deles foi oficial e conscientemente ignorada durante a construção da Estrada de Ferro Carajás no período da ditadura militar-empresarial.

Na época de sua inauguração, em 1985, o ministro do planejamento do governo Sarney, João Sayad, que seria depois premiado com a vice-



-presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento, declarou em Washington na maior cara-de-pau:

– *Ao menos que eu esteja enganado, não existem índios na região de Grande Carajás.*

Estava enganado. Ou enganando? Ou apostava no extermínio dos Awa? O certo é que a ferrovia rasgou ao meio o território Awa, localizado a Leste do Pará e a Oeste do Maranhão, entre os rios Gurupi, Pindaré e Turiaçu.

Locomotivas monstruosas com 330 vagões repletos de minério, combustível e grãos passaram a trafegar de Carajás até São Luís em um ir-e-vir incessante, dia e noite, com estrondos infernais que abalam terras indígenas, reservas florestais e comunidades quilombolas.

A "GREVE DOS ÍNDIOS"

O "barulho do terror", que faz trepidar a floresta e o fundo dos rios, afugenta a caça, principal fonte alimentícia dos Awa.

A situação se agravou ainda mais com as cercas de arame farpado dos *tapi´ajara* (os donos do boi) e com as invasões de madeireiros, fazendeiros, caçadores, jagunços, pistoleiros e migrantes que criaram novos núcleos urbanos na região. Sem o acesso à integralidade de seu território e com os padrões de ocupação desmantelados, a organização social awa sofreu forte impacto.

Parte do território Awa, considerado terras da União, foi concedida por tempo indeterminado à empresa Vale S.A. por Resolução do Senado de 1986, mas esse direito de uso obrigava a empresa a amparar "as populações indígenas existentes nas proximidades da área concedida e na forma do que dispuser convênio com a FUNAI". Os deveres da empresa incluíam ações de compensação e mitigação pelos impactos socioambientais. Como é que os Awa reagiram?

Para exigir o cumprimento da Resolução, os Awa, em três ocasiões diferentes, tiveram de bloquear a ferrovia durante sua duplicação, com mobilizações conhecidas como "greves dos índios", a primeira delas ao lado dos combativos Guajajara, as outras duas por conta própria.

Dezenas de policiais federais escoltaram um oficial de justiça com uma intimação aos líderes denunciados pela Vale como responsáveis pelo bloqueio, cujo impacto financeiro para a empresa implicou atraso no carregamento dos navios no Porto da Madeira.

A aprovação de um Plano de Proteção Territorial para os Awa determinou a aquisição de equipamentos destinados à Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato, apoio ao programa de vigilância e fiscalização nas Terras Indígenas Caru, Awa e Alto Turiaçu, além de realização de obras nos acessos entre as aldeias e de outras ações de resguardo do patrimônio material e imaterial.

A negociação aberta entre indígenas, Funai, Ministério Público Federal e a Vale previa em uma das cláusulas do "Termo de Coo-



Fotos: Reprodução/ TaquiPraTi





peração e Compromisso" adicional que, se houvesse qualquer ação que impedisse as atividades na ferrovia e a circulação dos trens, o acordo seria cancelado.

Agora, os Awa reivindicam uma escola em *awa 'ĩha* – língua da família tupi-guarani. Querem, de um lado, construções físicas capazes de guardar livros, cadernos e até computadores ao abrigo da chuva, dos cupins, do mofo e das visitas dos animais de criação. De outro, uma escola que seja conceitualmente uma "fábrica de fazer Awa".

UMA LUZ NA ESCURIDÃO

O modelo de escola foi discutido em Terra Awa, na Base de Proteção Etnoambiental Norte, em oficina realizada de 16 a 19 de maio, coordenada pela educadora Neide Siqueira, da Coordenação de Políticas para Povos Indígenas de Recente Contato (COPIRC-Funai), com assessoria da linguista Flávia Berto, professora dos Awa (PNUD) e do antropólogo Guilherme Cardoso (Funai) – ambos há dez anos atuando na área, além da contribuição presencial deste locutor que vos fala, que se considera um "recém-contatado" pelos Awa.

Conheci os Awa em abril de 2023 no seminário sobre "A Escola e os instrumentos e estratégias de valorização da diversidade linguística", realizado no Centro de Cultura Vale (CCVM), em São Luís do Maranhão, do qual participaram indígenas de outras etnias.

Foi quando os professores Tatuxa'a e Amiria traduziram para a língua awa o art. 231 da Constituição do Brasil de 1988, que reconhece os direitos originários sobre as terras indígenas, a organização social, as línguas e os saberes tradicionais.

Agora, depois das exposições e debates, a oficina produziu documento com balanço crítico de experiências escolares anterior dos Awa, realizadas tanto pela Secretaria Estadual de Educação (Seduc) quanto pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), mostrando as dificuldades em promover e garantir o acesso desses povos a uma educação escolar diferenciada, intercultural, bilingue e comunitária, por eles reivindicada.

A escola da aldeia Awa contava, em 2019, com 63 alunos e seis professores, três dos quais não indígenas. E a da aldeia Tiracambu, com 27 alunos e três professores, um não indígena. Quatro anos antes, dez Awa adultos que queriam se alfabetizar buscaram escolas não indígenas em povoados vizinhos. Caminhavam até Auzilândia, distante 10 km, por estrada lamacenta, para ter aulas em um curso noturno de Jovens e Adultos.

Essa fome de aprender está documentada em fotos de Guilherme Cardoso em outra situação, com aulas ministradas em um galpão, usando lanternas na falta de energia elétrica. Hoje, os Awa mantêm comunicação por *Whatsapp* entre as aldeias, assim como com o movimento indígena e com diversas instituições externas.

AS FALAS DOS AWA

Os Awa presentes na oficina entendem que a escola e a escrita na língua materna são conquistas necessárias essenciais, mas ressaltaram a im-



Fotos: Reprodução/ TaquiPraTi

portância da aquisição do português como segunda língua, o que permite a relação com as diferentes instâncias do poder político e com o próprio movimento indígena. Os discursos foram todos nessa direção.

O professor Tatuxa'a, da Terra Indígena Caru, quer os conhecimentos tradicionais dentro da escola, capazes de contribuir "para mapear nosso território, conhecer os seres vivos – plantas animais, rios, caças, peixes e ensinar a cuidar deles". Além disso, destacou a necessidade de "conhecer o mundo dos *karai* (não indígenas) e de aprender o português para falar com presidente, ministro, deputado, conversar com esse pessoal, defender nossos direitos e não deixar que invadam nosso território".

Itaxia, da Aldeia Awa, presidente da Associação Arari e ex-agente de saúde, informou que seu pai lhe ensinou a medicina awa e as propriedades dos chás e remédios do mato, que o pai canta para o filho quando ele está doente, que aprendeu português com os Guajajara e assim pôde acompanhar parentes doentes ao hospital e traduzir o que eles falavam para o médico.

Muitos Awa são monolíngues e precisam de tradutor ao português para intermediar consulta médica. Foi o que fez Amiria, um dos primeiros professores contratados, quando sua esposa Kiripia sofreu acidente. Ele endossou as falas de seus colegas sobre escola bilingue: "A gente precisa saber por que esses fazendeiros mataram nosso povo. Faz tempo, né? Por isso que a gente está estudando, para saber quem mandava pistoleiro matar a gente".

Outra professora, Akaria, informou que o ensino médio na aldeia Cocal já foi aprovado pela SEDUC, mas as instalações são precárias, a merenda escolar só dura dois dias, não tem como conservá-la nas aldeias. Ela definiu assim a profissão:

– *Ser professor é gostar muito do que faz e ter muita paciência.*

O JABUTI E O VEADO

Diante dessas falas, a minha, que foi sendo traduzida para a língua Awa, abordou o lugar das línguas na escola, o bilinguismo e os registros orais e escritos.

Contei as aventuras do jabuti recolhidas em Nheengatu pelos tupinólogos, para quem cada história contada traz um ensinamento, como na história do Gato e do Rato bilingues encenadas em teatro de bonecos pelos Guarani, com definições dos vários tipos de bilinguismo.

No dia seguinte, os Awa rememoraram em sua língua os principais tópicos do dia anterior. O professor Hajkaramykỹa, pai de Amiria, contou a antiga história do canto do dono de veado, que faz algumas recomendações sobre restrições alimentares, assim como a história de Maira, o herói cultural da mitologia Awa.

Compartilhei com os Awa outras experiências de formação de magistério indígena, uma delas no Curso *Kuaa M´Boe* da Região Sul e Sudeste. Lá, os Guarani desenharam a escola onde estudaram. O desenho feito por Vanderson Lourenço exibido na oficina Awa era uma "fábrica de fazer brancos", onde as crianças entram

indígenas, falando guarani, mas saem *juruá*, *karai*, monolingues em português, com a desvalorização de seus conhecimentos e epistemologias.

Os Awa vão desenhar agora outro modelo, o da "fábrica de fazer Awa", representada por "um contraponto ao modelo oficial de escolas indígenas municipais e estaduais".

Querem ter autonomia para participar no planejamento, execução e avaliação das ações educativas direcionadas a eles, na elaboração do projeto político pedagógico, na escolha do currículo, na produção do material didático, no calendário e na merenda escolar, na formação e escolha de professores indígenas, enfim, na gestão da escola.

FÁBRICA DE FAZER AWA

Eles conseguirão construir essa "fábrica de fazer Awa"? Estão se organizando para isso e esperam encontrar seus passos na floresta, cujas trilhas foram destruídas pelos trilhos da ferrovia. Não foi o que aconteceu com o protagonista do romance *Los Pasos Perdidos* de Alejo Carpentier, um músico que vivia em Nova Iorque e visita em suas férias uma aldeia na Amazônia venezuelana.

Encantado com a convivência naquele mundo idílico, o músico decide que vai viver lá o resto da vida. Começa a compor uma cantata no meio da floresta, mas faltou papel e lápis para concluir a escrita de suas partituras. Ele volta ao "inferno civilizado" apenas para buscá-los e arrumar suas coisas. Mas quando tenta regressar à aldeia não encontra mais o caminho de volta. Uma das leituras possíveis da alegoria é discutir se é possível e desejável que as sociedades oralizadas voltem atrás no processo de letramento.

A escola é um bicho que, vindo de fora, entrou nas aldeias, mas os Awa querem que ela tenha a cara deles: cheiro do breu branco, adornos de colares, braçadeiras de semente de ubim, penas de tucano e plumas de urubu-rei, que entoem os cantos rituais, que evoque os *Karawara* e os espíritos ancestrais, que ouça, transcreva e faça circular as narrativas míticas, que valorize a pedagogia da oralidade, que faça dialogar os saberes tradicionais em língua awa com as ciências em português, porque o Awa de hoje já não pode mais viver sem as duas.

A instituição escolar, ao entrar em território Awa, se depara com um caso talvez singular de uma população indígena em que não existe um único monolíngue em português. Todos os Awa – TODOS – falam a língua *awa 'ĩha* (língua de gente) e lutam para que isso não mude.

A aprendizagem de uma segunda língua os tornará bilingues, como um brasileiro que aprende inglês, não para substituir uma pela outra, mas cada uma com funções e usos diferentes na perspectiva de Mia Couto:

– Ao lado de uma língua que nos faça ser mundo, deve coexistir uma outra que nos faça sair do mundo. De um lado, um idioma que nos crie raiz e lugar. Do outro, um idioma que nos faça ser asa e viagem.

Ao final do meu discurso traduzido ao awa, perguntei se haviam entendido, usando palavra que acabara de aprender:

– Pinu?

Só quem não respondeu foi Caramelo, o cachorro da Base de Proteção Etnoambiental ali presente que, desinteressado com tantas histórias resumidas aqui nesse textão, dormiu profundamente o sono dos justos durante toda a aula e não deu um pio, digo, um latido.

Depois de tanta contação de histórias, saí da oficina com um apelido novo que me deixou orgulhoso: *Tamỹ i'xa'a tea* (Vovô verdadeiro).



José Bessa Freire – Escritor. Indigenista. Conselheiro da Revista Xapuri. Excerto da crônica 1.746, aqui editada por limitação de espaço, publicada em seu blog https://taquiprati.com.br/.



Foto: Reprodução/ TaquiPraTi



Foto: Ricardo Stuckert/PR

NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: PRESIDENTE LULA ENVIA PROJETO DE LEI AO CONGRESSO

O projeto de lei que institui o novo Plano Nacional de Educação (2024-2034), elaborado pelo Ministério da Educação, foi assinado pelo presidente Lula, no último dia 26 de junho, para envio ao Congresso Nacional. A cerimônia aconteceu no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), com a presença do ministro da Educação, Camilo Santana, do presidente da CNTE, Heleno Araújo, à qual o SINTEGO é filiado.

As proposições do novo Plano Nacional de Educação foram trabalhadas pelo SINTEGO na CONAE, no início deste ano. O documento de Goiás, assim como os de outros estados, serviu de base para a elaboração do Projeto de Lei. O texto final foi construído conjuntamente, por meio de debates com a sociedade e com representantes do Congresso Nacional, de estados, municípios, conselhos de educação, entre outros.

O texto prevê 18 objetivos, compreendidos nas temáticas: Educação Infantil, Alfabetização, Ensino Fundamental e Médio, Educação Integral, Diversidade e Inclusão, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Superior, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica.

A proposta contém 58 metas, que são comparáveis com os 56 indicadores do plano vigente. Para cada meta, há um conjunto de estratégias que expressam as principais políticas, programas e ações envolvendo a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, para o alcance dos objetivos propostos.

OBJETIVOS DO NOVO PNE CONFORME O TEXTO ENVIADO AO CONGRESSO NACIONAL

01. Ampliar a oferta de matrículas em creche e universalizar a pré-escola.
02. Garantir a qualidade da oferta de educação infantil.
03. Assegurar a alfabetização ao final do segundo ano do ensino fundamental para todas as crianças, em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução de desigualdades.
04. Assegurar que crianças, adolescentes e jovens em idade escolar obrigatória concluam o ensino fundamental e o ensino médio na idade regular, em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução de desigualdades.
05. Garantir a aprendizagem dos estudantes no ensino fundamental e no ensino médio, em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução de desigualdades.
06. Ampliar a oferta de educação em tempo integral para a rede pública.
07. Promover a educação digital para o uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias da informação e da comunicação, para o exercício da cidadania.
08. Garantir o acesso, a qualidade da oferta e a permanência em todos os níveis, etapas e modalidades na educação escolar indígena, na educação do campo e na educação escolar quilombola.
09. Garantir o acesso, a oferta de atendimento educacional especializado e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial e dos estudantes público-alvo da educação bilíngue de surdos, em todos os níveis, etapas e modalidades.
10. Assegurar a alfabetização e ampliar a conclusão da educação básica para todos os jovens, adultos e idosos.
11. Ampliar o acesso e a permanência na educação profissional e tecnológica, com inclusão e redução de desigualdades.
12. Garantir a qualidade e a adequação da formação às demandas da sociedade, do mundo do trabalho e das diversidades de populações e seus territórios na educação profissional e tecnológica.
13. Ampliar o acesso e a permanência na graduação, bem como a conclusão, com inclusão e redução de desigualdades.
14. Garantir a qualidade de cursos de graduação e instituições de ensino superior.
15. Ampliar a formação de mestres e doutores, de forma equitativa e inclusiva, com foco na prospecção e solução dos problemas da sociedade.
16. Garantir formação e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica.
17. Assegurar a participação social no planejamento e gestão educacional.
18. Assegurar a qualidade e a equidade nas condições de oferta da educação básica.

Para mais informações, o Sintego recomenda acessar o portal do MEC: https://www.gov.br/mec/pt-br

SINTEGO
GENTE QUE TRABALHA A EDUCAÇÃO
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS

"GENTE HUMILDE": UMA REFLEXÃO EM HOMENAGEM A CHICO BUARQUE

Leonardo Boff



Foto: Leonardo Boff

"Gente Humilde" é uma canção de Chico Buarque, feita em parceria com Garoto e Vinicius de Moraes. Da vasta e complexa obra de Chico, esta canção é para mim a mais bela e significativa.

Ela fala dos anelos que animam a teologia da libertação que confere centralidade à "gente humilde" e reconhece neles uma força histórica, pouco valorizada pelos analistas sociais. Quero homenageá-lo pelos seus 80 anos com uma pequena reflexão a partir desta canção. Nela tudo é verdadeiro (...).

Digo isso para superar certa interpretação que dá valor absoluto ao sujeito e ao sentido consciente que ele pretende conferir à sua obra. O sentido da produção de Chico Buarque vai além do sentido que ele mesmo talvez tenha querido dar a ela.

Seguramente ele não pretende ter o monopólio do sentido da realidade por ele cantada e descrita. Há múltiplas facetas de sentido que podem ser captadas pelos ouvintes e leitores, que então se fazem coautores da obra. Transcrevo a canção "Gente Humilde":

Tem certos dias em que eu penso em minha gente
E sinto assim todo o meu peito se apertar
Porque parece que acontece de repente
Feito um desejo de eu viver sem me notar
Igual a eles como quando eu passo no subúrbio
Eu muito bem vindo de trem de algum lugar
E aí me dá como uma inveja dessa gente
Que vai em frente
Sem nem ter com quem contar
São casas simples com cadeiras na calçada
E na fachada escrito em cima que é um lar
Pela varanda flores tristes e baldias
Com a alegria que não tem onde encostar
E aí me dá uma tristeza no meu peito
Feito um despeito de eu não ter como lutar
E eu que não creio peço a Deus por minha gente
É gente humilde, que vontade de chorar.

(...) O compositor pensa "em minha gente", quer dizer, para Chico, ela existe e está aí, quando para tantos ela não só é invisível como não existe ou é vergonhosamente desprezada. Percebe a diferença de estatuto social: *ele* vem muito bem de trem; eles, seguramente a pé, caminhando muito.

Seu "peito se aperta", gostaria de viver como eles, anônimos, sem ser notado. Mais ainda: tem "inveja dessa gente" por sua coragem de enfrentar sozinha a vida, lutar e sobreviver sem ninguém para ajudar.

E aí irrompe a solidariedade e a compaixão no sentido nobre do termo: como ajudar e estar junto deles? Eclode o sentimento de impotência, "a tristeza no [...] peito/ feito um despeito de [...] não ter como lutar".

A Teologia da Libertação, que envolve ainda milhares de cristãos nos vários continentes, começou ao se enfrentar com essa situação relatada por Chico. Esses cristãos assumiram um compromisso libertador, confiando na "gente humilde" e em sua força histórica. Mas a chaga é grande demais. A nossa geração nem a próxima talvez não consiga fechá-la. Assola-nos um sentimento de impotência, mas sem nunca perder a esperança de que um outro mundo é possível e necessário.

A impotência é superada porque triunfa a comoção do coração. Deus é invocado, desesperadamente, como derradeira fonte de sentido. Diante da gente humilde, sofrida, anônima, toda descrença seria cinismo, toda indiferença, desumanidade. O efeito final é esse mesmo: "dá vontade de chorar". E choramos ou enxugamos discretamente lágrimas de comoção, de indignação e de compaixão.

Não há vez que escute esta canção que não me venham lágrimas aos olhos, pois a verdade é tanta e o sentimento tão verdadeiro que a única reação digna são as lágrimas que, segundo São Paulo, é um dom do Espírito Santo. Isso é puro humanismo, testemunhado também por Jesus de Nazaré, que se comoveu diante de seu povo abandonado como ovelhas sem pastor.

E aqui cabe uma reflexão de teólogo sobre "a não crença" de Chico, dita nesta canção. Precisamos fazer um discernimento e resgatar qual é a verdadeira crença e qual, a falsa. Isso aparece claro quando conscientizamos o sentido verdadeiro de "Deus" e onde Ele se deixa encontrar sob outros nomes.

Há os que dizem que não creem, mas se preocupam com a "gente simples", são sensíveis à justiça e se recusam a aceitar o mundo perverso que encontram. E há os que creem em Deus, mas nem veem a "gente simples" e são insensíveis à injustiça social e se inserem tranquilamente no mundo perverso em que se encontram. (...).

Para mim, bastaria "Gente humilde" para eternizar Chico no coração de todos os que não passam ao largo dos caídos na estrada, mas se detêm como samaritanos, sofrem e choram junto. Chico viveu a mesma experiência de seu patrono Francisco de Assis.

Essa experiência o converteu de filho de um rico comerciante a um amigo e companheiro dos mais pobres dos pobres, os leprosos (hansenianos). Ele falava deles como sua *"gente poverella"*, gente humilde da Toscana. De burguês e membro da *"jeunesse dorée"* que era, largou tudo e fez-se pobrezinho como eles. Era chamado simplesmente de *"o poverello* de Assis".



Leonardo Boff – Teólogo e Escritor. Texto editado por limitação de espaço. Ver a versão completa e https://leonardoboff.org/2024/07/01/gente-humilde-uma-homenagem-e-uma-reflexao/



Foto: Divulgação/

UMA MULHER COMO OUTRA QUALQUER?

Cora Coralina

Sou mulher como outra qualquer.
Venho do século passado
e trago comigo todas as idades.
Nasci numa rebaixa de serra
Entre serras e morros.
"Longe de todos os lugares".
Numa cidade de onde levaram
o ouro e deixaram as pedras.
Junto a estas decorreram
a minha infância e adolescência.
Aos meus anseios respondiam
as escarpas agrestes.
E eu fechada dentro
da imensa serrania
que se azulava na distância
longínqua.
Numa ânsia de vida eu abria
O voo nas asas impossíveis
do sonho.
Venho do século passado.
Pertenço a uma geração
ponte, entre a libertação
dos escravos e o trabalhador livre.
Entre a monarquia caída e a república
que se instalava.
Todo o ranço do passado era presente.
A brutalidade, a incompreensão, a ignorância,
o carrancismo.
Os castigos corporais.
Nas casas. Nas escolas.
Nos quartéis e nas roças.
A criança não tinha vez,
Os adultos eram sádicos
aplicavam castigos humilhantes.
Tive uma velha mestra que já
havia ensinado uma geração
antes da minha.
Os métodos de ensino eram
antiquados e aprendi as letras
em livros superados de que
ninguém mais fala.
Nunca os algarismos me
entraram no entendimento.
De certo pela pobreza que marcaria
Para sempre minha vida.
Precisei pouco dos números.
Sendo eu mais doméstica do
que intelectual,
não escrevo jamais de forma
consciente e racionada, e sim
impelida por um impulso incontrolável.
Sendo assim, tenho a
consciência de ser autêntica.
Nasci para escrever, mas, o meio,
o tempo, as criaturas e fatores
outros, contramarcaram minha vida.
Sou mais doceira e cozinheira
Do que escritora, sendo a culinária
a mais nobre de todas as Artes:
objetiva, concreta, jamais abstrata
a que está ligada à vida e
à saúde humana.
Nunca recebi estímulos familiares para ser literata.
Sempre houve na família, senão uma
hostilidade, pelo menos uma reserva determinada
a essa minha tendência inata.
Talvez, por tudo isso e muito mais,
sinta dentro de mim, no fundo dos meus
reservatórios secretos, um vago desejo de analfabetismo.
Sobrevivi, me recompondo aos
bocados, à dura compreensão dos
rígidos preconceitos do passado.
Preconceitos de classe.
Preconceitos de cor e de família.
Preconceitos econômicos.
Férreos preconceitos sociais.
A escola da vida me suplementou
as deficiências da escola primária
que outras o destino não me deu.
Foi assim que cheguei a este livro
Sem referências a mencionar.
Nenhum primeiro prêmio.
Nenhum segundo lugar.
Nem Menção Honrosa.
Nenhuma Láurea.
Apenas a autenticidade da minha
poesia arrancada aos pedaços
do fundo da minha sensibilidade,
e este anseio:
procuro superar todos os dias
Minha própria personalidade
renovada,
despedaçando dentro de mim
tudo que é velho e morto.
Luta, a palavra vibrante
que levanta os fracos
e determina os fortes.
Quem sentirá a Vida
destas páginas...
Gerações que hão de vir
de gerações que vão nascer.



Cora Coralina – Anna Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, a contista, poetisa e doceira de profissão, Cora Coralina, nasceu na cidade de Goiás em 20/08/1889 e faleceu em Goiânia, no dia 10/04/1985. Considerada uma das maiores escritoras brasileiras, dona Cora só teve seu primeiro livro "Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais" publicado em 1965, quando ela já tinha quase 76 anos de idade.

PARTICIPE DA

PESQUISA NACIONAL DA CNTE: JUVENTUDE TRABALHADORA DA EDUCAÇÃO



PÚBLICO-ALVO: jovens de 18 a 35 anos, que exercem atividades remuneradas em escolas municipais ou estaduais do Brasil.

O objetivo é compreender o perfil do(a) trabalhador(a) da educação desta faixa etária: em quais espaços escolares atuam (sala de aula, disciplina, apoio pedagógico, entre outros) seus vínculos, motivações e o que pensam do serviço público.

SÃO APENAS 10 MINUTOS PARA RESPONDER

OPINE E CONTRIBUA!



APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O QR CODE E **RESPONDA À PESQUISA**

ESCOLA NACIONAL Paulo Freire

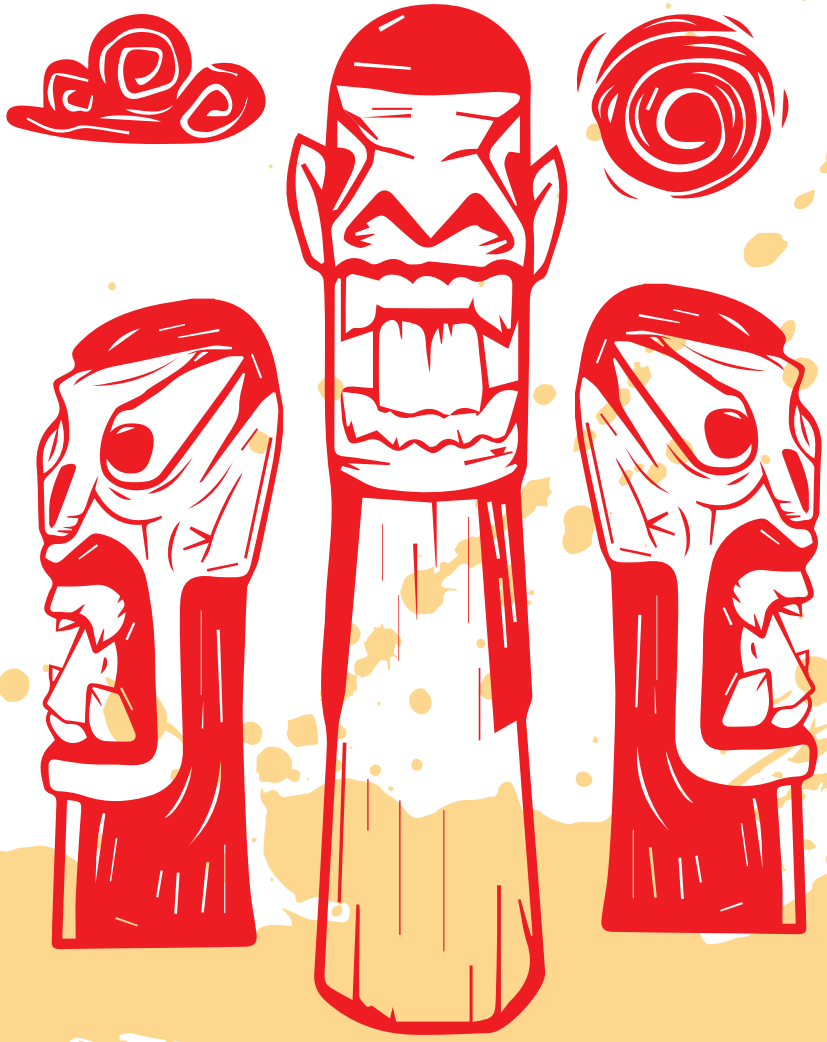
CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação Brasil
www.cnte.org.br

Filiada à CUT BRASIL

CEA

CPLP-SE

FNPE



XAPURI

CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VEM COM A GENTE!

REVISTA IMPRESSA

ANUAL R$ **360**,00 12 EDIÇÕES

BIANUAL R$ **600**,00 24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ! WWW.XAPURI.INFO/ASSINE